

RESUMO

Nos últimos 40 anos os economistas brasileiros foram responsáveis pôr aspectos extremamente importantes da vida pública brasileira, com suas teorias ou executando a política econômica do governo. Porém, nem sempre eles registraram suas idéias ou revelaram em artigos e livros seu pensamento mais íntimo e os mecanismos do poder econômico. Recentemente vem sendo realizadas entrevistas, que têm iluminado ângulos obscuros dessa ação teórica e prática e vem trazendo a baila as polêmicas e as dúvidas dos economistas brasileiros. O objetivo deste trabalho é analisar os depoimentos dos principais economistas brasileiros, aprofundar suas idéias e organizá-las em correntes de pensamento.

PALAVRAS-CHAVE

Pensamento Econômico; Importância dos Economistas; Política Econômica; Economistas Brasileiros; Problemas Econômicos; Teoria do Crescimento.

PESQUISA NORMAL (o pesquisador já possui o doutoramento).

ENQUADRAMENTO DE ÁREA: AP

Enquadra-se em AP, pois o resultado da pesquisa poderá contribuir para o entendimento da ação do Estado e da execução da política econômica.

SUMÁRIO

I. Introdução	3
II. Importância da economia.....	7
III. Interesse pela economia.....	11
IV. Institutos de pesquisa e grupos de estudos	20
1. Grupo de “O Capital”	22
V. Formação no exterior.....	24
VI. CEBRAP	27
VII. Principais discussões do CEBRAP.....	28
VIII. A teoria da dependência e a influência de Marx.....	30
IX. A teoria da dependência revisitada	46
X. A teoria da inflação inercial.....	58
XI. Bibliografia	88

O PENSAMENTO DOS ECONOMISTAS BRASILEIROS NA ATUALIDADE

Guido Mantega

I. INTRODUÇÃO

Nos últimos 40 anos os economistas brasileiros ganharam um enorme espaço político e têm participado ativamente das decisões mais importantes da República brasileira. Nesse período, coube a eles não apenas a formulação de hipóteses ou mesmo de teorias sobre o funcionamento da economia, como também a sua implementação, a testa de postos chave nos vários governos brasileiros. Não é pôr acaso que o atual presidente da República foi ministro da Fazenda no governo anterior e foi guindado ao mais alto cargo da República a partir de um plano de estabilização econômico bem sucedido, elaborado pôr um grupo selecionado de economistas. Isso demonstra, entre outras coisas, a importância que a política econômica adquiriu na vida nacional, principalmente nesses períodos de crise e inflação elevada.

Porém, nem sempre esses economistas escrevem suas idéias ou colocam no papel seu pensamento mais íntimo ou a lógica que presidiu a tomada de determinadas decisões. Daí a necessidade de encontrar outros caminhos para se ter uma visão completa do que pensam e como agem os economistas brasileiros. Recentemente os pesquisadores do pensamento econômico tem utilizado entrevistas para conhecer as idéias desses personagens. Trata-se de uma técnica muito utilizada em sociologia, antropologia e outras ciências humanas, mas com pouco uso na esfera da economia. Ultimamente surgiram alguns trabalhos no Brasil amparados nessa técnica da história oral. Para ficar nos dois mais importantes, no âmbito da FGV, tivemos o livro de entrevistas *Conversas com Economistas Brasileiros* de José Márcio Rego,

juntamente com Ciro Biderman e Luís Felipe Cozac, e o livro de Maria Rita Loureiro *Os Economistas no Governo*¹. Nesses livros os autores eles dialogaram com alguns dos principais protagonistas da vida pública brasileira, que escreveram algumas das páginas mais importantes da nossa história econômica. Em *Conversas*, por exemplo, Foram entrevistados 13 pesos pesados de nossa comunidade econômica, colocados lado a lado para se pronunciarem sobre as questões fundamentais da economia brasileira nestes últimos 50 anos. Conforme tive a ocasião de escrever a respeito², “O cruzamento entre as passagens da vida pessoal, as predileções teóricas, as idiosincrasias e a ação prática desses economistas forneceram uma visão integral, multifacetada, enfim, muito mais rica dos eventos históricos. Nas entrevistas não se vê apenas o palco principal, mas são iluminados também os bastidores, a coxia, as antecâmaras do poder, que dão sentido a uma série de eventos, alguns dos quais ainda obscuros para a maioria dos mortais. A linguagem direta e coloquial permite uma intimidade, um clima de confidências que não se consegue nos frios textos escritos, vistos, revistos e expurgados das passagens mais comprometedoras.”

Diante da boa acolhida que teve o *Conversas com Economistas e* de sua contribuição para iluminar aspectos importantes da problemática econômica brasileira, eu e José Márcio Rego resolvemos empreender nova pesquisa que abarcase uma nova leva de economistas da igual importância daqueles contidos no livro anterior, tendo em vista sua contribuição teórica na formulação do pensamento econômico brasileiro e sua participação nas instituições e órgãos que animaram a política econômica brasileira, nestes últimos 40 anos.

Nesse sentido escolhemos um dos conjuntos mais representativos dos economistas brasileiros vivos, para falar sobre as questões fundamentais da economia brasileira neste último meio século. São treze pesos pesados, que representam duas gerações

¹ Existe o interessante Programa de História Oral do CPDOC da FGV Rio, que abrange intelectuais de várias áreas do conhecimento.

² Em “Quatro Gerações de Economistas”, *Jornal de Resenhas*, Folha de São Paulo, 10/05/97, pag. 8.

de economistas, que falaram sobre sua trajetória pessoal, sobre as instituições que participaram e sobre os grandes temas econômicos. Neste trabalho foram abordadas, em primeiro lugar, a formação desses economistas, nas escolas de economia no Brasil e exterior, como a UFRJ, FEA-USP, a FGV, a UNICAMP, e as PUCs, em Yale, Harvard, Chicago e Cornell, nos institutos de pesquisa e órgãos governamentais, como CEPAL, BNDE, SUDENE, IPEA, CEBRAP, nos grupos de estudos, e em segundo lugar, o resultado dessas atividades e discussões na produção de idéias e na renovação do pensamento econômico brasileiro dos anos 60 em diante. Merecerá destaque a contribuição específica dos autores brasileiros para o pensamento econômico, consubstanciada particularmente na Teoria da Dependência, na Teoria do Capitalismo Retardatário e na Teoria da Inflação Inercial.

Os entrevistados do primeiro grupo foram Roberto Campos, Celso Furtado, Antônio Delfim Netto, Maria da Conceição Tavares, Luiz Carlos Bresser Pereira, Mário Henrique Simonsen, Affonso Celso Pastore, Edmar Bacha, Luiz Gonzaga Belluzzo, André Lara Resende, Pêrsio Arida, Paulo Nogueira Batista Jr., Eduardo Giannetti da Fonseca.

Os entrevistados do segundo grupo foram Paul Singer, Francisco de Oliveira, José Serra, João Manoel Cardoso de Mello, João Sayad, Antônio Barros de Castro, Pedro Malan, Gustavo Franco, Yoshiaki Nakano, Aloizio Mercadante, Francisco Lopes, Fernando Holanda Barbosa, e José Scheinckman.

O objetivo deste trabalho é o de realizar uma análise dessas entrevistas, realçando a trajetória intelectual desses personagens e verificando a sua contribuição específica para a constituição do pensamento econômico brasileiro. Nesse sentido serão selecionados principalmente os depoimentos que dizem respeito a Teoria da Dependência, a Teoria do Capitalismo Retardatário e a Teoria da Inflação Inercial, que são, a meu ver, criações específicas do pensamento econômico brasileiro.

Desses conjuntos de pensadores serão escolhidos os mais significativos, ou seja, que deram maior contribuição para cada tópico do pensamento econômico brasileiro, ou mesmo aqueles que melhor representaram alguma das correntes que formam esse pensamento.

A história do pensamento econômico é um empreendimento complexo e cheio de dilemas. Será que é importante compreender porque determinado autor produziu sua obra e em que contexto, ou simplesmente devemos avaliar sua coerência lógica e racional?³ Essa indagação remete a uma outra questão certamente essencial sobre o método em ciências humanas. Qual a relação entre a criação individual e a evolução das idéias econômicas, e entre essa evolução e a história? A definição da atuação de cada uma desses campos nos permite enxergar um pouco mais claramente essa questão. A história do pensamento econômico procura identificar as questões centrais colocadas pelos pensadores do passado, de acordo com a coerência de seus próprios sistemas de pensamento. Por sua vez a reconstrução histórica da conta do pensamento desses autores, nos próprios termos que eles os formularam. E, finalmente, uma reconstrução racional procura apresentar as idéias dos autores na linguagem moderna, com a preocupação de ressaltar seus aportes assim como os seus erros e limitações em relação ao estado atual do pensamento social.⁴ Ao contrário de outros trabalhos, que escolhem um desses campos, procuramos aqui integrá-los, para dar uma visão mais abrangente para o leitor. Isso compromete um aprofundamento maior em de cada um desses campos, mas favorece uma visão de conjunto.

³ Essa indagação foi formulada por Michel Beaud e Gilles Dostaler em *La Pensée Économique depuis Keynes*, 1996, Éditions du Seuil., pag. 20.

⁴ De acordo com a metodologia definida por Mark Blaug em “On the Historiography of Economics”, in *Journal of the History of Economic Thought*, vol. 12, 1990, pag. 27-37, citado por M. Beaud e G. Dostaler, op. cit., pag. 21.

II. IMPORTÂNCIA DA ECONOMIA

Os personagens deste trabalho não são apenas figuras de destaque na comunidade acadêmica, mas também atores importantes no cenário político brasileiro. Todos esses economistas, sem exceção, são oriundos de Universidades ou de alguma escola de economia e ciências humanas. Apenas quatro deles, Maria da Conceição Tavares, Eduardo Giannetti da Fonseca, Aloizio Mercadante e José Scheinckman, não tiveram nenhuma passagem pelo aparelho de Estado. Conceição Tavares porque sempre militou na oposição, Giannetti talvez por ser mais filósofo do que economista, Scheinckman provavelmente porque trabalha fora do Brasil, no depto. de Economia da Universidade de Chicago e Mercadante porque Lula não ganhou as eleições presidenciais em 1989 e 1994, caso contrário teria sido ministro da Fazenda em 1989 e vice-presidente da República em 1994. Os demais foram da alta ou média burocracia estatal, ocupando cargos de decisão estratégica. Campos foi um diplomata que ocupou embaixadas importantes e ainda foi superintendente do BNDE e ministro do Planejamento. Furtado foi superintendente da SUDENE e ministro do Planejamento. Simonsen foi assessor de Campos no ministério do Planejamento e ministro da Fazenda. Bresser Pereira foi presidente do BANESPA, secretário de governo estadual algumas vezes, ministro da Fazenda e da Administração. Pastore foi presidente do Banco Central e Bacha foi presidente do BNDE. Belluzzo foi secretário estadual da Ciência e Tecnologia e chefe da Assessoria Econômica do ministério da Fazenda. Pêrsio Arida foi presidente do BNDES e do Banco Central. Paulo Nogueira foi assessor para a dívida externa do ministério da Fazenda. Singer foi Secretário de Planejamento do Município de São Paulo. Francisco Oliveira foi vice superintendente da SUDENE na gestão de Celso Furtado. José Serra foi Secretário do Planejamento de São Paulo e Ministro do Planejamento. Antônio Barros de Castro foi presidente do BNDES. João Manoel Cardoso de Mello foi assessor especial do ministro da Fazenda (gestão Funaro), João Sayad foi secretário da Fazenda de São Paulo e Ministro do Planejamento. Yoshiaki Nakano foi secretário de Política Econômica do ministério da Fazenda e secretário da Fazenda de São Paulo. Francisco Lopes é diretor do Banco Central.

Gustavo Franco foi diretor e é presidente do Banco Central. Pedro Malan foi presidente do Conselho dos Economistas do Rio de Janeiro e ministro da Fazenda. Fernando Holanda Barbosa foi secretário de Política Econômica do ministério da Fazenda. José Alexandre Scheinkman é chefe do depto. de Economia da Universidade de Chicago. Outra característica importante é que todos eles estiveram vinculados a institutos de pesquisas, como o IBRA, ANPES, IPES, FIPE CEBRAP, ou a órgãos de representação de classe como os Conselhos de Economia. Finalmente cinco são ou foram parlamentares, Campos, Delfim Netto, Conceição Tavares, Mercadante, Serra.

Isso demonstra a forte interligação entre os meios acadêmicos e políticos na sociedade brasileira, principalmente em se tratando do campo econômico, certamente de forma mais acentuada do que em outros países⁵. Nos Estados Unidos, por exemplo, os economistas são personagens com razoável poder de influência na gestão econômica, atuando no Council of Economic Advisory (CEA), que assessora o presidente da República ou no Office of Management and Budget. E ainda no Departamento do Tesouro e no FED. Vários professores de economia participaram desses conselhos, tais como, Robert Solow, Galbraith, Tobin e Lucas. Porém, dificilmente um acadêmico (ou alguém que não abraçou explicitamente a carreira política) se torna gestor máximo da política econômica, ao contrário do que ocorre aqui no Brasil. Dessa maneira, há aqui uma promiscuidade muito maior entre a academia, o Estado e a política.

Os entrevistados representam também as melhores escolas de economia do país e uma do exterior. Campos e Simonsen foram professores da UFRJ e da FGV-RJ; Delfim Netto, Pastore, Singer, Sayad e Giannetti da Fonseca são ou foram da FEA-USP; Oliveira é da FLCH –USP; Serra, Belluzzo, Cardoso de Mello e Mercadante, são ou foram do Instituto de Economia da UNICAMP; Conceição Tavares e Barros de Castro são da UFRJ; Bresser, Nakano e Paulo Nogueira são da FGV de SP; Holanda Barbosa é da FGV-Rio; Bacha, Arida, Lara Resende Malan,

⁵ Vide a respeito Maria Rita Loureiro, *Os Economistas no Governo*, 1997, FGV Editora, RJ.

Franco e Lopes são ou foram da PUC-Rio e Scheinkman é da Universidade de Chicago. A única exceção é de Celso Furtado, que nunca lecionou no Brasil, em parte por permanecer exilado durante muito tempo, em parte por ter encontrado obstáculos para dar aulas no Brasil. Concursos que ele participaria chegaram a ser cancelados, provavelmente para evitar um forte concorrente. Em compensação passou a dar aulas na Sorbonne, na França, desde 1975.

Os entrevistados representam pelo menos três gerações de economistas. Uma primeira geração formada por Campos e Furtado, que estão entre os pioneiros do pensamento econômico brasileiro, ao lado de Caio Prado Jr., e Ignácio Rangel, com mais de 70 anos, que começa a publicar trabalhos relevantes a partir dos anos 40⁶. A rigor existe ainda uma geração anterior, que seria a pré-história do pensamento econômico constituída pelo Eugênio Gudín e Octávio Bulhões, contemporâneos do Roberto Simonsen, que começou a produzir nos anos 40. Depois vem a geração do Delfim Netto, Paulo Singer, Francisco de Oliveira, Maria da Conceição Tavares, Mário Henrique Simonsen, Bresser Pereira, Antônio Barros de Castro, José Serra, Edmar Bacha, João Manuel, Belluzzo, Malan⁷, Sayad, Nakano⁸ e Pastore, que juntamente com a primeira geração, desbravaram a complicada problemática econômica que se colocava no Brasil dos anos 60 e 70. Finalmente vem a terceira geração de Scheinkman, Lara Resende, Francisco Lopes, Arida, Gustavo Franco, Paulo Nogueira, Mercadante e Giannetti da Fonseca, que passa a produzir e ter maior presença na área econômica a partir dos anos 80.

Cabe assinalar que a maioria desses personagens debutou na economia a partir de uma certa militância política ou depois do contato com o pensamento social democrata, socialista ou mesmo marxista, o que os levou a produzir um pensamento econômico diretamente engajado na luta política e marcado pelo comprometimento com um projeto de transformação da sociedade brasileira. Fica demarcado, desde

⁶ Caio Prado Jr. já publicava trabalhos importantes desde os anos 30, porém mais no âmbito da ciência política.

⁷ Pedro Malan ainda não concedeu a entrevista.

⁸ A entrevista de Yoshiaki Nakano foi feita depois de concluído o relatório.

logo, que a teoria econômica vai muito além da mera interpretação do funcionamento do mercado e do Estado, ou das leis econômicas em geral, mas implica na alteração dessas leis e tendências a partir da ação consciente ou não dos agentes políticos.

Campos e Delfim Netto compartilharam idéias socialistas na juventude, mas rapidamente passaram de incendiários a bombeiros. É bem verdade que foram transformadores, mesmo depois que se vincularam ao regime militar à medida que abraçaram o desenvolvimentismo. Celso Furtado foi influenciado pelo existencialismo socialista desde a juventude e também namorou idéias marxistas, sem no entanto nunca desposá-las. Trajeto semelhante pode ser atribuído a Bresser Pereira. Singer, Oliveira e Conceição Tavares formam, juntamente com Serra, Cardoso de Mello, Belluzzo, Barros de Castro, e Mercadante, o que se poderia chamar a ala esquerda dos economistas, cuja formação vai sofrer forte influência de três fontes básicas: do marxismo, do keynesianismo e do pensamento cepalino. Além disso, ou melhor, por causa disso, constituíram a linha de frente de oposição ao regime militar e suas políticas econômicas. Yoshiaki Nakano e Pedro Malan passaram também por uma formação híbrida meio marxista, meio keynesiana, e cepalina, mas posteriormente sofreu também influência das várias correntes pós keynesiana, e, no exercício da gestão pública, este último aproximou-se do liberalismo. João Sayad possui uma formação keynesiana mais tradicional, com a qual permaneceu coerente inclusive na gestão do Planejamento. Já Francisco Lopes, Gustavo Franco, Lara Resende, Holanda Barbosa, Giannetti da Fonseca e José Scheinckman compartilharam posições mais próximas do liberalismo, com gradações distintas e posições mais identificadas com o *mainstream*. Pérsio Arida começou militando na esquerda marxista e acabou adotando também posições mais próximas do *mainstream*. Nogueira Batista faz uma curiosa mistura entre um keynesianismo nacionalista e um liberalismo monetarista.

III. INTERESSE PELA ECONOMIA

A maioria dos entrevistados interessou-se por economia a partir de uma preocupação social explícita. A geração mais antiga, fez sua escolha profissional numa época em que a economia era um campo pouco prestigiado e com escassa possibilidade de ascensão social. Na maioria dos casos, o curso de economia não foi a primeira escolha dos personagens, vindo a ser adotado após a frustração com os cursos de engenharia e direito, nos quais quase todos eles iniciaram sua vida acadêmica. Se o ensino da economia no Brasil não acumulara ainda prestígio, porque estava engatinhando (as primeiras escolas de economia foram abertas apenas no final dos anos 40), em contrapartida, a problemática econômica estava muito em evidência, nos anos 50 e 60, quando uma parte desses autores iniciou seus estudos.

Portanto, uma mistura de preocupação social com a vontade de conhecer melhor os mecanismos econômicos e sociais, que moviam as engrenagens complexas da sociedade brasileira, encaminhou a maioria desses personagens para o âmbito da economia. Roberto Campos foi forçado a estudar economia já enquanto diplomata, porque designado para atribuições econômicas do Itamaraty, numa época em que os diplomatas com pistolão ocupavam os cargos culturais. E daí acabou desenvolvendo o gosto pela coisa. Quando Furtado inscreveu-se no curso de Direito da Faculdade Nacional de Direito, em 1940, ainda não havia no Brasil curso superior de economia. Mas ele logo percebeu que o estudo da economia era o melhor caminho de acesso à compreensão dos problemas sociais. Delfim Netto passou da Escola de Contabilidade para a Faculdade de Economia da USP, recém inaugurada. Na verdade ele queria ser engenheiro, porém teve de resignar-se a escolher um curso de meio período que lhes possibilita-se trabalhar e depois acabou gostando do tema. Conceição Tavares já era formada em matemática, quando se interessou por economia por que “era uma ciência social relevante”. Bresser Pereira formou-se em direito por influência da família e depois deixou-se seduzir pelo tema do desenvolvimento econômico, em voga nos anos 50.

Paul Singer já possuía uma militância política razoável, quando resolveu prestar vestibular na FEA-USP. Com 24 anos, Singer já participara de uma organização juvenil sionista-socialista, lera os clássicos do marxismo (Marx, Engels, Trotski e Rosa de Luxemburgo), fora sindicalista metalúrgico e estava no Partido Socialista Brasileiro. Assim, para ele a economia “foi uma forma de tentar entender o que se passa na sociedade, no mundo e no Brasil. E eventualmente um meio de me livrar do trabalho industrial e poder me dedicar a um trabalho teórico.”⁹

João Manoel Cardoso de Mello chegou a estudar direito e foi no curso de Ciências Sociais que teve a atenção despertada pelos problemas econômicos pelos quais se interessou fazendo cursos na FEA e depois o da CEPAL. Foi nesses cursos que ele teve “a percepção de que a única via de acesso ao entendimento do Estado capitalista era pela economia.” Belluzzo teve uma trajetória semelhante ao colega da UNICAMP. Na adolescência queria ser padre. “Como eu era aluno dos jesuítas, fui para o seminário menor. Por várias razões fui obrigado a sair e voltei para o Colégio São Luís. Acabei entrando na faculdade de direito porque tinha, digamos, “economias externas”. Tinha estudado latim, português, tinha vantagens relativas. Mas logo no primeiro ano achei que não seria um bom advogado, e acabei fazendo o vestibular para o curso de Ciências Sociais. No final do curso de Ciências Sociais apareceu a oportunidade de fazer economia. Fui fazer o curso da CEPAL aqui em São Paulo. Acabei me especializando em programação industrial.

Convém lembrar que, nos anos 50, quando essa geração de economistas estava se definindo, fervilhava a questão do desenvolvimento econômico, da reforma agrária, do atraso do Nordeste, do capital estrangeiro, do nacionalismo e outras questões que eram intensamente debatidas na sociedade brasileira.

Já Francisco de Oliveira e Antônio Barros de Castro encaminharam-se para o estudo da economia por uma combinação de necessidade profissional e interesses científicos. Oliveira formara-se em sociologia, mas o que iria fazer um sociólogo no

⁹ Todas as citações dos entrevistados estão no corpo das entrevistas.

Nordeste, nos anos 50? Entretanto criava-se um mercado para economistas em algumas órgãos do Governo, como o Banco do Nordeste. E então, “falando no jargão do economês, eu diria que foi uma feliz coincidência de escassa oferta de emprego para o sociólogos e cientistas sociais e, em determinado momento, uma abundante oferta de emprego no nordeste para gente que não era propriamente economista, mas que estava mais para economia do que para ciências sociais. A partir daí veio o gosto e uma formação melhor. Fui contaminado pelo vírus. Acho que foi um bom produto da escassez.”

Barros de Castro foi empurrado para a economia por necessidade de ter um emprego que suprisse as dificuldades financeiras de sua família. No entanto havia também um apelo familiar para a questão agrária, uma vez que seu pai era um fazendeiro em dificuldades com negócios cafeeiros.

Simonsen foi estudar engenharia porque gostava de matemática e acabou se interessando por economia “por que era moda na época”.

O estudante de engenharia José Serra, militava nas fileiras do movimento estudantil, no início dos anos 60 e a como presidente da UNE, se interessava cada vez mais pela grande problemática da época: a crise econômica, o esgotamento do plano de metas e a inflação. Foi assim que o engenheiro foi se transferindo para o estudo das ciências humanas. Diz ele que “em termos de mundo real, mais do que polias, elevadores, barragens, eu achava que tinha mais motivação para as questões econômicas. Isto é, para entender o que acontecia na economia. Aquele era um período de crise econômica, de fim do ciclo expansivo do plano de metas, de instabilidade política e eu passei a sentir cada vez mais a angústia por não entender o que estava acontecendo com a economia. Ela era um fator que, se estabilizava por um lado, ao mesmo tempo desestabilizava a política e a sociedade.

Pedro Malan, a semelhança de José Serra, ingressou na vida acadêmica estudando engenharia e se transformando em economista a partir de sua militância contra a política econômica do regime militar.

Para Bacha “a escolha da profissão de economia foi algo traumático, pois naquele tempo a escolha óbvia em Belo Horizonte era engenharia mecânica; cheguei a fazer um vestibular para engenharia, mas não passei na primeira rodada. Quando chegou a época de fazer a segunda chamada preferi fazer o concurso para ciências econômicas, uma opção difícil, já que a profissão era pouco reconhecida socialmente.”

Fernando Holanda Barbosa também começou a estudar em 1963, quando a crise econômica era o centro das atenções da sociedade brasileira. Foi assim que o estudante de engenharia também ingressou no curso de economia e foi cultivando a preocupação de explicar a miséria, a pobreza e as questões sociais em geral, que afligiam particularmente o Nordeste, sua região de origem. Na linha de Adam Smith, ele se preocupava em descobrir as causas da riqueza e sobretudo da pobreza de nações como o Brasil. Sua formação de engenheiro e o fascínio pela matemática e estatística, seus vínculos com a FGV do Rio, e sua proximidade com o Mário Henrique Simonsen explicam também sua predileção por modelos matemáticos em economia.

Para a geração mais jovem, a economia já possui um significado profissional mais nítido, ou a perspectiva de um bom emprego, uma vez que no final dos anos 60 e principalmente nos anos 70 essa profissão já possuía grande prestígio no mercado de trabalho. Mesmo assim continuou atuando, na escolha dos estudantes, alguma influência familiar e o interesse pela questão social.

João Sayad foi fazer o vestibular na FEA-USP, em busca de uma boa profissão. Na verdade ele queria mesmo era “estudar direito, mas me disseram: “No direito tem excesso de oferta! É bom estudar economia que é uma boa profissão.” Yoshiaki Nakano escolheu o curso de graduação em administração na FGV, por pragmatismo, ou seja, por que tinha um currículo interessante, principalmente de ciências sociais e ao mesmo tempo apresentava uma boa possibilidade profissional. Seu interesse por economia também está ligado a preocupação social de uma geração preocupada com o atraso do Brasil, a má distribuição de renda e a pobreza.

Lara Resende escolheu economia por uma razão meramente circunstancial. “Meu interesse até então sempre fora Engenharia. Eu sempre tive interesse em automóvel, em mecânica, e sempre imaginei ser engenheiro. Acontece que meu pai foi ser adido cultural do Brasil em Portugal, quando eu estava no primeiro ano científico. Passei um ano em Portugal e voltei no meio do segundo ano científico. Uma professora de química me deu três zeros no primeiro semestre em que estive ausente. Eu teria portanto que alcançar a média com apenas as notas do segundo semestre. Eu sempre fui muito bom aluno mas evidentemente não consegui e fiquei em Segunda época. O interesse pelas férias em Cabo Frio acabou por me levar a desistir da engenharia e optar pela Economia. Eu já tinha uma certa curiosidade por Economia. Tinha lido a História da Riqueza do Homem (1962) do Leo Huberman, e me interessei. Foi assim que acabei estudando Economia.”

Já Gustavo Franco e Francisco Lopes tiveram sua escolha fortemente influenciada pelas atividades dos pais, que militavam na esfera econômica. O pai de Lopes era o engenheiro Lucas Lopes, que foi um dos principais assessores de Juscelino Kubitschek, tendo passado pela presidência do BNDE e até mesmo pelo ministério da Fazenda, além de participar da elaboração do Plano de Metas. Por causa disso o jovem Francisco Lopes teve uma longa convivência com economistas. Então “ eu acho que foi esse contato com economistas que me influenciou. É interessante que meu pai era muito contra eu estudar economia. Lembro que ele fez uma consulta ao Roberto Campos. Quando eu disse que eu ia estudar economia, ele diz que ia falar

com o Roberto Campos. Aí, veio e disse: “O Roberto disse que você não deve fazer não porque os cursos de economia são muito ruins. Você deve estudar engenharia. Vai estudar engenharia.’ Mas, eu insisti. Até que o curso não foi tão ruim assim.”

O pai de Gustavo Franco também influenciou o filho com seu trabalho sempre ligado a esfera econômica. Inicialmente enquanto funcionário do Banco do Brasil e depois como chefe de gabinete de dois Ministros da Fazenda, Gastão Vidigal e Horácio Lafer.

Pérsio Arida interessou-se por economia porque era marxista. Naquela época o entendimento da infra-estrutura era considerado a chave mestra do conhecimento. Parece algo ridículo hoje, mas refletia o sentimento vigente. Logo no primeiro ano, no entanto, percebi que a Faculdade de Economia da USP não oferecia praticamente nada de marxismo, que o interesse estava todo voltado para a construção e teste de modelos.”

Os freqüentes deslocamentos da família de Aloizio Mercadante pelas várias partes do país e o estímulo que o pai militar impunha ao filho de estudar a realidade brasileira foram o primeiro impulso para interessá-lo pelos problemas econômicos. Outro fator importante para o ingresso de Mercadante no curso de economia da FEA-USP foi o prestígio que os economistas desfrutavam no início dos anos 70, auge do “milagre brasileiro”. Segundo ele, “naquele momento, início dos anos 70, era o auge econômico do país. Toda vez que a economia vai bem, imagino que o vestibular para economia é mais concorrido e o prestígio dos economistas aumenta....Aquele momento também é o auge da discussão econômica. Havia um grande debate no país sobre o chamado milagre brasileiro. Uma discussão sobre problema de distribuição de renda. Uma discussão muito estimulante nessa área. Então, acho que as duas coisas acabaram se associando e eu fui para economia”.

O interesse principal de Paulo Nogueira entre os dezesseis e vinte anos era filosofia. “Hesitei bastante entre estudar Economia e Filosofia. Acabei preferindo estudar Economia por duas razões. Primeiro, por uma razão pragmática: o receio de que o estudo da Filosofia não fosse me dar condições de sobrevivência a longo prazo. A outra razão, talvez mais fundamental, era o receio de que o estudo da Filosofia fosse me circunscrever exclusivamente ao âmbito acadêmico. Via a economia como uma disciplina que abria uma porta para ação prática. A par do interesse teórico que pudesse Ter, serviria também como instrumento de ação, e me inseriria melhor do que a Filosofia no mundo real.

Também tinha muito interesse pela História e logo percebi que nela as questões econômicas tinham um peso imenso. Então a razão não foi, digamos, simplesmente fascínio, não tinha grande contato com a literatura econômica antes de entrar na Universidade.”

Giannetti da Fonseca também tinha atração por Ciências Humanas e Filosofia mas “acho que escolhi economia por prudência, meu desejo original era fazer alguma coisa mais de Ciências Humanas ou talvez Filosofia, mas temia que, fazendo um curso de Ciências Humanas ou de Filosofia, não fosse encontrar emprego. Achei que Economia era uma maneira de garantir um caminho de independência financeira, que desejava conquistar o mais rapidamente possível, sem sacrificar totalmente minha aspiração de estudar Filosofia e idéias. A outra razão foi a perspectiva de estudar fora do Brasil. Eu achava que o caminho mais fácil para sair do Brasil e fazer uma pós-graduação era estudando Economia. Então, foi de um pragmatismo muito grande escolher Economia. Acho que a minha família também influenciou muito. Meus dois irmãos mais velhos eram economistas, já tinham trilhado um caminho nessa direção, e eu segui um pouco no vácuo que eles abriram. Agora, o curso de economia na USP me desapontou terrivelmente.”

A formação teórica desse agrupamento importante de economistas brasileiros foi influenciado pelas correntes de pensamento econômico predominantes na época. Estávamos no auge do pensamento keynesiano, que era “traduzido” numa versão neoclássica por Hicks, Solow e outros expoentes dessa corrente. Outros divulgadores importantes da obra de Keynes, chegavam ao Brasil eram R. Harrod, E. Domar, T. Swan, N. Kaldor e G. Ackley. Mas o grande divulgador da obra keynesiana, sob a ótica neoclássica, foi Paul Samuelson, com seu *Introdução à Análise Econômica*, que foi certamente o livro mais lido nos cursos de economia no Brasil e no exterior, desde que foi editado em 1952 pela Editora Agir. Uma das razões para o êxito do livro de Samuelson é que ele não tem nem o formato e nem a linguagem de um tedioso manual de economia. Escrito numa linguagem simples, acessível e com uma boa dose de humor, o *Introdução* soube levar ao grande público uma noção razoável das idéias keynesianas na ótica neoclássica. Outro autor estrangeiro citado, em menor escala pelos economistas brasileiros é Josef Schumpeter, que é, de fato o segundo maior economista do século XX, depois de Keynes. Um terceiro que aparece nas biografias dos mais liberais é Wicksell, cujas idéias foram divulgadas no Brasil por Gudin. Campos foi influenciado também por G. Haberler, outro economista austríaco como Schumpeter, que chegou a orientar uma parte da tese de doutorado de Campos. Delfim Netto também foi influenciado por Haberler, que era um especialista em comércio exterior, e por um economista italiano C. Bresciani Turrone, que tem um trabalho importante sobre a hiperinflação alemã dos anos 20. Nessa geração mais antiga de Campos e Furtado, tiveram influência também os economistas da Comissão Econômica Européia, como Ragnar Kurkse, P. Rosenstein-Rodan e Arthur Lewis. Poucos da nova geração citaram esses autores, responsáveis pela teoria do desenvolvimento equilibrado, com a exceção de Serra. Dentre os keynesianos que influenciaram Furtado merece destaque a economista Joan Robinson, presença importante em Cambridge no período em que Furtado lá esteve.

Outra fonte importante de inspiração dos economistas brasileiros nessa época foi a CEPAL, cujos cursos ministrados no Rio de Janeiro ou em Santiago do Chile (nos cursos do ILPES), foram freqüentados por Oliveira, Serra, Barros de Castro e Cardoso de Mello. A rigor a CEPAL também esgrimia as idéias keynesianas, temperadas com ingredientes marxistas e *insights* da própria lavra dos pesquisadores desse importante centro de pesquisas e reflexão. Aliás, Celso Furtado, o autor brasileiro mais citado pelos entrevistados, foi o mais legítimo representante das idéias da CEPAL no Brasil. O *Formação Econômica do Brasil* é praticamente uma unanimidade entre os economistas brasileiros de várias correntes de pensamento. Mesmo os mais conservadores como Campos e Simonsen apontam o livro de Furtado entre os mais importantes, se bem coloquem em primeiro lugar o *Princípios de Economia Monetária* do Eugênio Gudín. Em terceiro lugar, mas bem distanciado dos primeiros, aparecem os livros de Ignácio Rangel, como o *A Inflação Brasileira* e o *Dualidade Básica*, ambos fazendo um casamento entre o pensamento de Marx e Keynes.

O *Formação Econômica do Brasil* foi certamente importante porque, além de ser a primeira grande obra de história econômica brasileira, faz uma mistura de métodos analíticos e de elementos teóricos, que constituem uma das características mais marcantes do pensamento econômico no Brasil, naquela época. Nele estão presentes desde o pensamento keynesiano mais a esquerda, segundo a versão de Joan Robinson com a qual Furtado teve uma breve convivência teórica na sua passagem pela Inglaterra, até o materialismo histórico, com a luta de classes e tudo, permeadas pela teoria do desenvolvimento e subdesenvolvimento. Nesse sentido Furtado é a representação máxima desse sincretismo que predomina entre os pensadores brasileiros abarcados neste grupo de economistas e mesmo os fora dele.

Na abordagem dos anos 50 e 60 dificilmente a economia deixa de ser vista sob a tônica da problemática social. É o predomínio da macroeconomia, dos problemas do crescimento, do desemprego, do atraso, do papel do Estado que pontificam nos debates econômicos. Daí a importância do socialismo, do marxismo, do trabalhismo

inglês, que influenciava a formação mesmo de autores que posteriormente adotariam um pensamento mais conservador. Com exceção de Singer, que começou sua formação lendo os clássicos do marxismo, os demais beberam da fonte do socialismo moderado do Labour Party. Na verdade essa versão atenuada de socialismo influenciou desde um Delfim Netto, uma das figuras de proa da FEA-USP, João Manoel e Sayad, até Roberto Campos, que também teve seu namoro com o socialismo e com o intervencionismo keynesiano, pelo menos até os anos 60.

Na ala dos economistas da geração mais jovem e do Rio de Janeiro aparece também a influência de Simonsen, Gudim e Bulhões. Na verdade, criaram-se dois grandes pólos de economia no Brasil. Um em São Paulo, capitaneado pela FEA-USP e depois secundado pela UNICAMP e FGV-SP. E o polo carioca, inicialmente liderado pela Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da UNB e pela FGV-Rio, e posteriormente pela UFRJ e pela PUC. Mesmo que vindos de diversas partes do país, a maioria dos economistas desse grupo vai gravitar em torno do polo carioca ou paulista. O polo carioca contava em seus quadros com Eugênio Gudim, Octávio Bulhões, Roberto Campos, Santiago Dantas, Antônio Dias Leite e Maria da Conceição Tavares e Mário Henrique Simonsen. No polo paulista salientavam-se Dorival Teixeira Vieira, Delfim Netto, numa primeira, fase e posteriormente Affonso Celso Pastore, Carlos Antônio Rocca, Carlos Eduardo de Carvalho, todos da FEA-USP. Correndo por fora havia o curso da CEPAL, organizado por Anibal Pinto no Rio de Janeiro e que reuniu várias figuras de expressão nos seus quadros. Barros de Castro foi um dos primeiros professores do curso, juntamente com Conceição Tavares e Carlos Lessa.

IV. INSTITUTOS DE PESQUISA E GRUPOS DE ESTUDOS

Além dos estudos nas respectivas faculdades, os economistas brasileiros tiveram ocasião de desenvolver suas idéias no interior de um conjunto significativo de centros de pesquisa, órgãos estatais e mesmo de grupos de estudo informais, que

promoviam a formação, debate e amadurecimento de idéias e propostas econômicas. Uma das entidades mais importantes é a CEPAL, já exaustivamente mencionada em vários estudos, e que formava a ala esquerda dos economistas brasileiros. Aliás, os cursos da CEPAL no Brasil era patrocinados pelo BNDE e realizados em sua sede, o que indica uma certa convergência de idéias.

O Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) criado pelo Eugênio Gudim era uma espécie de apêndice da FGV do Rio e congregava os expoentes da corrente mais conservadora de economistas, como Octávio Bulhões e realizava trabalhos de pesquisa muito importantes, relativos às contas nacionais. Foi o primeiro grande centro de estatística econômica do país, que montou as contas nacionais. Estavam ligados a ele os discípulos de Gudim, mais inclinados pelo liberalismo, pela monetarismo e pela utilização da matemática em economia. Não é de estranhar o grande número de economistas formados em engenharia e com familiaridade com o cálculo matemático, como o próprio Gudim e depois o Mário Henrique Simonsen.

Posteriormente Campos, Simonsen e Delfim Netto trabalharam na Associação Nacional de Planejamento Econômico e Social (ANPES), que financiava pesquisas e publicações e foi um órgão ativamente engajado contra o populismo e a favor do autoritarismo. Depois do golpe de 1964 várias pessoas da ANPES foram trabalhar nos governos dos militares. Na FEA foi criado o Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE), pela iniciativa do pessoal do Delfim Netto, que organizava núcleo de estudos e seminários permanentes nessa escola.

A formação dos economistas brasileiros se dava também nos departamentos de pesquisa de alguns órgãos estatais, que buscavam formar uma burocracia estatal apta a gerir um Estado cada vez mais complexo. É o caso do Banco do Nordeste que procurava transformar graduados em ciências humanas, como Francisco de Oliveira, em iniciados em economia a partir de cursos de formação profissional. Desses organismos governamentais, o mais importante foi o BNDE, que estimulava o

debate econômico em suas fileiras. Passaram pelo BNDE duas figuras importantes na formação dos economistas brasileiros: Roberto Campos e Ignácio Rangel.

Posteriormente o IPEA se tornaria um centro importante de pesquisas e desenvolvimento do estudo da economia no país. Pedro Malan permaneceu muitos anos desenvolvendo pesquisas nos quadros do IPEA, que participou ativamente na formulação de vários planos de Governo. O IPEA vem atuando como linha auxiliar do ministério da Fazenda e sobretudo do ministério do Planejamento, fornecendo os diagnósticos setoriais e, junto com o IBGE o banco de dados para o planejamento estratégico.

No âmbito da economia regional destaca-se a SUDENE, criada por Furtado e da qual Francisco de Oliveira foi vice superintendente. A SUDENE objetivava fazer profundas reformas nas estruturas da economia do Nordeste, captando sua especificidade e propondo o caminho para sua emancipação. Foi um projeto reformista que surgiu na esteira da forte crise que acometeu a economia nordestina durante o governo JK e dava conta de novos atores, no cenário político local, como o campesinato ou as ligas camponesas.

1. GRUPO DE “O CAPITAL”

Ainda cursando a faculdade de economia, Paul Singer foi convidado a participar de um grupo de estudos multidisciplinares, que daria um impulso importante às ciências sociais no Brasil. O grupo de “O Capital” foi formado em 1958 por iniciativa do filósofo José Arthur Giannotti que, recém voltado da Europa, achava que valia a pena um estudo mais aprofundado da obra máxima de Karl Marx e outros autores importantes. Reuniram-se nesse grupo um punhado de jovens professores, a maioria da USP, que iriam dar importantes contribuições nas diversas áreas de conhecimento. Além do Giannotti, estavam no grupo o historiador Fernão Novaes, que era professor do Paul Singer na FEA e o convidou a tomar parte dos

estudos. A abordagem de Novaes teria forte influência nos trabalhos de Cardoso de Mello e outros economistas da UNICAMP. Lá estavam também a antropóloga Ruth Cardoso, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, o sociólogo Octávio Ianni, o economista Sebastião Advíncula da Cunha, o sociólogo Juarez Brandão Lopes, o filósofo Roberto Schwarz, o politicólogo Francisco Weffort, que desenvolviam uma prática multidisciplinar muito fértil de estudar um conjunto de disciplinas ao mesmo tempo. Para o jovem Singer, no grupo de “O Capital” se colocou, pela primeira vez, a idéia de que a economia era uma disciplina dentro de uma coisa maior chamada de economia política.

O grupo de “o Capital” surgira pela insatisfação dos jovens professores da USP com a precariedade das ciências sociais no Brasil dos anos 50. Naquela época predominavam na esquerda as análises do PCB, elaboradas com base num marxismo vulgar, e as idéias fermentadas no Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Na verdade o ISEB, que era formado também por um grupo de intelectuais de distintas áreas, tinha uma influência ideológica muito grande nessa época e fornecia o substrato teórico do desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek.

Foi justamente para se contrapor ao simplismo das teses do PCB e do ISEB que o grupo de “O Capital” se debruçou sobre Marx, Keynes, Schumpeter, Weber, Durkheim, Hilferding, Rosa de Luxemburgo e outros luminares das ciências humanas. Esse grupo funcionou de 1958 a 1965 e se desfez pouco depois do o golpe de 64, quando os militares expediram um mandato de prisão para o Fernando Henrique Cardoso, que foi para o Chile com Ruth Cardoso. A essa altura já haviam sido lançadas as sementes de novas idéias, que fermentariam nos próximos anos.

De acordo com Singer, o grupo de “O Capital” deu pelo menos duas grandes contribuições para as ciências humanas no Brasil. Em primeiro lugar permitiu o entendimento de que as ciências humanas possuem uma série de pontos de contato, pois a divisão disciplinar e profissional é alienante, porque não se consegue entender economia sem entender os fatores sociais e políticos . No entanto, a

divisão social do trabalho, de acordo com o modelo americano, criou a profissão de economista, sociólogo ou cientista político isolados em suas áreas de competência por altos muros. Então o grupo de “O Capital” ajudou-o a entender que era preciso derrubar esses muros. Em segundo lugar esse grupo permitiu resgatar o pensamento original de Marx, desvirtuado pela longa seqüência de interpretes. Ou seja, a rigor não se lia Marx. Lia-se os divulgadores do marxismo, já no meio de enormes polêmicas que havia entre a Segunda, a Terceira e a Quarta Internacional. Segundo Singer, “após toda uma série de montagens e remontagens, nos chegamos ao original. Nos resgatamos aquilo que estava na origem dessas polêmicas.”

V. FORMAÇÃO NO EXTERIOR

A geração mais antiga de economistas brasileiros teve a sua formação concentrada sobretudo no Brasil. Poucos foram fazer mestrado ou doutorado no exterior. Campos fez mestrado e doutorado fora do Brasil provavelmente porque era diplomata e se encontrava nos Estados Unidos a trabalho. Furtado é outra exceção e defendeu tese de doutorado na França e depois passou algum tempo estudando na Inglaterra. Já os demais fizeram sua titulação no Brasil. É o caso de Singer, Oliveira, Cardoso de Mello, Pastore a exemplo de Delfim Netto, Mário Henrique Simonsen, Octávio Bulhões, Ignácio Rangel e Conceição Tavares. São pensadores, em grande medida autodidatas, que desbravaram uma área ainda muito incipiente no Brasil. Esses pioneiros procuraram suprir as deficiências do ensino local e as dificuldades de obter bolsas no exterior, por meio de grupos de estudos, que desenvolviam um trabalho extracurricular. Uma parte deles, como a Maria da Conceição Tavares, Rangel e o próprio Serra estiveram no Chile na época da interessante discussão da Escolatina e do ILPES, que contaram com a presença de figuras como Kalecki, Kaldor, além de Anibal Pinto, Osvaldo Sunkel e outros chilenos.

A semelhança do grupo de “O Capital”, havia um grupo de estudos na FEA-USP, liderado por Delfim Netto, que estudava desde matemática, até Marx, passando por Keynes e todas as obras mais recentes de economia. Os economistas da FGV-Rio podiam discutir suas idéias no IBRE, e publicá-las na Revista Brasileira de Economia e na Conjuntura Econômica. Na FGV de SP também havia grupos de discussão sobre economia brasileira, como o de Nakano. Na geração mais jovem, entretanto, a maioria teve parte de sua formação feita nas Universidades americanas e européias e levam a marca desses centros de ensino no seu pensamento econômico.

Poucos foram para escolas européias, como Barros de Castro, e Paulo Nogueira que foram para a London School of Economics e Giannetti da Fonseca que foi para Cambridge, também na Inglaterra. Enquanto os demais ficaram entre Yale, Harvard, Cornell, Michigan, MIT, Princeton e Chicago. Bresser Pereira fez mestrado em Michigan mas também fez doutorado no Brasil, na FEA-USP, sob a orientação de Delfim Netto. Serra foi para o Chile e estudou na Escola de Pós Graduação de Economia da Universidade do Chile, chamada Escolatina, que era a meca do estruturalismo naquela época, e depois acabou lecionando Instituto Latino Americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES), que era agregado à CEPAL. Foi o ILPES que montou os cursos da CEPAL no Rio de Janeiro, sob a batuta de Anibal Pinto, considerado o grande mestre de Conceição Tavares, Barros de Castro e outros latino-americanos. Posteriormente Serra completaria sua formação no exterior em fazendo doutorado em Cornell. Quem foi para Yale, como Sayad, sofreu influência de Tobin, um legítimo representante da chamada síntese neoclássica. Nakano foi para Cornell e permaneceu mais ligado ao pensamento de Marx e Keynes, desfrutando da autonomia de estudos que essa escola americana permitia. Os que foram para Chicago, como Holanda Barbosa e Scheinkman, permaneceram próximos ao pensamento liberal. Lara Resende e Pérsio Arida foram fazer doutorado no MIT, onde sofreram influência de seus professores Samuelson, Solow, Modigliani, S. Fischer e Donbusch Os estudantes da PUC-Rio, como Franco e Lopes, foram para Harvard, e voltaram para lecionar nessa escola do Rio.

Entretanto, apesar da formação em escolas com orientação teórica distinta, nota-se uma certa homogeneização do pensamento dos economistas brasileiros, pelo menos nos da primeira e segunda geração, quando passam a exercer essa disciplina no Brasil. Não se trata, evidentemente de um alinhamento absoluto, onde todos pensam igual, mas sim de uma aproximação, refletindo um certo ecletismo, ou melhor, sincretismo que tem caracterizado o pensamento econômico brasileiro, conforme já foi assinalado há pouco. E refletindo também o pensamento hegemônico no Brasil, que até os anos 80, tinha uma nítida predominância das idéias keynesianas e intervencionistas. Só foi no final dos anos 80 que passou a predominar o pensamento liberal. Ai sim houve uma cisão teórica maior, e parte desses economistas passaram a professar idéias mais pronunciadamente neoliberais.

Vimos, então, que a formação do pensamento dos economistas brasileiros deu-se, sobretudo, em torno das escolas de economia, em institutos de pesquisa e órgãos estatais ou para estatais, nas universidades do exterior, e em grupos de estudos. Dos anos 60 em diante, passam a ser criados programas de pós graduação em várias escolas, que ajudaram a difundir o estudo da economia.¹⁰

No Rio de Janeiro, os órgãos mais importantes para a produção de idéias foram o IBRE, o ISEB e fundamentalmente o BNDE e a CEPAL, que formaram várias levas de economistas. Nos anos 60 foi criado o IPEA, que deu também uma contribuição expressiva às pesquisas econômicas. Em São Paulo, destacaram-se os grupos de estudos da FEA-USP, depois o IPE, o grupo de “O Capital”, e posteriormente, no final dos anos 60 foi criado o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), que daria uma contribuição decisiva para o florescimento das ciências sociais no Brasil. Nos anos 70 estabeleceu-se na Universidade de Campinas um grupo importante de economistas que iriam formar o Instituto de Economia, também com expressiva contribuição na produção de teses e idéias no campo econômico.

¹⁰ Deixo de mencionar os vários centros de Pós Graduação, surgidos particularmente após os anos 60, que também tiveram uma grande influência na formação dos economistas brasileiros, porque já existem alguns trabalhos exaustivos sobre o assunto. O mais recente é o *50 Anos de Ciência Econômica no Brasil*, 1997, Editora Vozes, e FIPE, Petrópolis, parte II.

VI. CEBRAP

Na verdade a constituição do CEBRAP em 1969 representou a retomada do grupo de “O Capital”, que havia sido dissolvido em 1965. A equipe básica do CEBRAP era fundamentalmente a mesma, com Giannotti, Fernando Henrique Cardoso, Ruth Cardoso, Paul Singer, Francisco Weffort, Octávio Ianni, Juarez Brandão Lopes, acrescida de vários outros profissionais, como Francisco de Oliveira, Elza Berquó, Cândido Procópio Ferreira, Carlos Estevam Martins, Frederico Mazzucheli, Bolívar Lamounier, Geraldo Muller e Guido Mantega. Dessa maneira, o CEBRAP aglutinava um conjunto de intelectuais de todas as áreas de conhecimento que se opunham ao regime militar e produziam críticas e alternativas ao ideário que a ditadura queria implantar. Contava em seus quadros justamente com os intelectuais que haviam sido aposentados da USP em 1969 pelo AI-5, e que não podiam mais desenvolver seu trabalho científico na Universidade.

Desde o princípio o CEBRAP funcionou como um centro de produção de pesquisas, de discussão teórica e, sobretudo de críticas e alternativas às propostas do regime militar. Não eram somente os membros do CEBRAP que desfrutavam das discussões nos mesões, onde cada *paper* ou pesquisa produzidas eram minuciosamente examinados por um comitê multidisciplinar formado pelos melhores quadros da inteligência brasileira nas várias áreas de conhecimento. Eram convidados também intelectuais de fora que apresentavam textos e compartilhavam as discussões.

De acordo com Francisco de Oliveira, “havia um choque realmente importante, interessante, fecundo de opiniões, de posições, de contrastes... nos mesões o pau quebrava sem contemplações. As pessoas eram muito generosas, capazes de ouvir o outro. Era um debate muito rico, muito fecundo, muito aberto, com algumas pessoas sendo trucidadas. O Bresser Pereira era muito freqüente nos debates.”

Nos meses havia sempre convidados de fora, como a Maria da Conceição Tavares, Pedro Malan, Edmar Bacha, Flávio Versiani, Antônio Barros de Castro, Luciano Coutinho, José Eduardo de Carvalho e Bóris Fausto. Esporadicamente aparecia também o Celso Furtado, que passava boa parte do tempo lecionando na França. Só não eram convidados, naturalmente, os economistas que trabalhavam para o governo e esposavam idéias radicalmente opostas a esse círculo de intelectuais de esquerda. O CEBRAP criou também a tradição de acolher intelectuais que haviam tido problemas políticos com o regime militar. Inclusive pessoas saídas das prisões da ditadura, foram diretamente para o CEBRAP, como os intelectuais Vinícius Caldeira Brant, Regis de Castro Andrade, Luiz Werneck Viana.

Mas o CEBRAP não era apenas um fórum de idéias teóricas, distanciadas da ação prática. Fazia-se também pesquisas de campo e havia uma comunicação direta com a política brasileira. Oliveira diz que “os políticos do MDB nos procuravam muito. Quase todos eles passavam por lá. Assistiam conferências. Do Marcos Freire, que era autêntico de Pernambuco, ao Orestes Quércia e o Ulysses Guimarães.

Severo Gomes, quando Ministro da Indústria e Comércio do Geisel, foi ao CEBRAP ostensivamente. As pessoas encontravam ali um lugar onde se respirava. Onde as pessoas da universidade, do Governo podiam dizer e discutir coisas que não se podia discutir, talvez, na universidade e talvez nos institutos do setor público.”

VII. PRINCIPAIS DISCUSSÕES DO CEBRAP

No período mais obscurantista do governo militar o CEBRAP desempenhava duas funções básicas. Por um lado fazer avançar o pensamento social e político brasileiro. E, em segundo lugar, subsidiar o movimento político de resistência à ditadura, com envolvimento de seus membros na luta ideológica.

Do ponto de vista teórico, os intelectuais do CEBRAP procuravam amadurecer o pensamento desenvolvimentista cepalino, que predominara na esquerda pelo menos até o golpe de 1964. A ditadura cindira a inteligência brasileira em dois campos bem definidos. De um lado estavam aqueles que se alinhavam com o governo e defendiam um modelo econômico desenvolvimentista, porém concentrador de renda e que aumentava as desigualdades sociais. Do outro lado estavam os democratas que se opunham a esse modelo e sonhavam com um desenvolvimento que conciliasse crescimento econômico com distribuição mais eqüitativa da riqueza.

Entretanto, a esquerda tinha clareza de que o ideário cepalino era insuficiente para dar conta do que ocorria no país. Afinal a industrialização, que era a meta básica desse ideário, vinha se consolidando. Porém a custa do aumento das desigualdades e da concentração da riqueza nas mãos dos segmentos mais abastados da sociedade brasileira. Portanto a industrialização não trouxera o avanço social que a CEPAL previra. Caía por terra também a hipótese de que o golpe de 1964 e a supressão das reformas de base condenariam o país à estagnação. Na verdade, a tese estagnacionista de Furtado e muitos outros pensadores da esquerda era desmentida pelos fatos. O golpe de 64 não significava a “pastorização” do Brasil, conforme sugeriu Furtado num primeiro momento, ou uma volta ao Brasil agrário dos coronéis. Estava em curso, isto sim, um processo de modernização conservadora, que tinha de ser melhor entendido pela inteligência brasileira.

Os pensadores de oposição se deram conta de que era preciso superar as teses estagnacionistas e as limitações da teoria cepalina, assim como apresentar uma proposta de desenvolvimento que fosse melhor que o projeto conservador. Foi o que tentaram fazer os diversos trabalhos produzidos nos anos 60 e 70. Nesse sentido, em 1967, de seu exílio no Chile, Fernando Henrique Cardoso produzia, juntamente com Enzo Faletto, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, que chegaria ao Brasil no início dos anos 70. Trata-se de uma das primeiras obras de fôlego a superar as limitações da análise cepalina, ao integrar a dinâmica econômica na

estrutura social e política desses países¹¹. Uma das conclusões importantes desse trabalho é que poderia haver desenvolvimento econômico nos países periféricos, desde que esse desenvolvimento fosse dependente e oriundo da associação da burguesia nacional com o capitalismo estrangeiro.

VIII. A TEORIA DA DEPENDÊNCIA E A INFLUÊNCIA DE MARX

Qual foi a importância do *Dependência e Desenvolvimento* para o avanço da pensamento econômico no Brasil? A teoria da dependência, da qual esse livro é uma obra chave, representa uma contribuição original do pensamento brasileiro e latino americano? As respostas dos maiores economistas brasileiros aqui analisados não são unânimes a esse respeito. Muito pelo contrário, dividem-se entre os que atribuem maior relevância a essa suposta teoria e os que não vêem maior contribuição para o pensamento econômico brasileira. Vamos examinar, em primeiro lugar, os argumentos daqueles que consideram essa teoria como importante e mesmo uma contribuição original na história do pensamento brasileiro. Para, em seguida, avaliar as posições contrárias.

Para Paul Singer o livro *Dependência e Desenvolvimento da América Latina* “foi muito importante. Fui e continuo entusiasta do trabalho. Sobre o nome de teoria da dependência, fez-se muitas coisas que, realmente, não tem muito a ver com esse trabalho escrito por Fernando Henrique e o Faletto.

É que houve uma confusão. Tentou-se substituir a teoria do imperialismo pela teoria da dependência, que, de certa forma, são substitutos. Mas, na verdade, a idéia

¹¹ Para uma análise mais demorada da Teoria da Dependência, vide Guido Mantega, *Teoria da Dependência Revisitada – Um Balanço Crítico*, EASP- FGV, NPP, rel. 27/97, SP, 1997. O objetivo deste trabalho é menos analisar as obras fundamentais desse período que, de resto, já foi feito no supracitado trabalho, mas sim analisar os depoimentos e avaliações dos autores a esse respeito.

central da teoria da dependência do Fernando e do Faletto não é a exploração. Ela é muito mais complexa do que isso. É um relacionamento entre classes sociais - principalmente de classes dominantes, das metrópoles e dos países periféricos. Há classes sociais nos dois países: no centro e na periferia. Essas classes estão em conflitos muito complexos, e portanto o relacionamento entre esses países é permeado por esses conflitos dentro deles também. É uma visão muito rica de como se dá o relacionamento entre países desiguais e que procuram tirar proveito das suas desigualdades, das suas complementaridades. Daí a idéia do desenvolvimento associado. Eu acho que há um *insight* que eu também tive independentemente. Foi antes da publicação desse livro. Eu li o texto do Fernando e do Faletto muito antes de ser publicado. Demorou muito para ser publicado. Saiu antes no exterior, em função, também, das circunstâncias do regime militar no Brasil. Mas eu li em 67, se bem me lembro, trazido em uma cópia, lá da CEPAL. Mas, eu já tinha tido um mesmo *insigh* alguns anos antes. Lembro que foi num debate com Caio Prado Júnior. O *insight* foi que todos nós estávamos enganados com a idéia de que os países metropolitanos queriam impedir a industrialização da periferia. Essa era uma visão muito forte na esquerda, no mundo inteiro e particularmente no Brasil. Como se o interesse do imperialismo fosse manter o Brasil como fornecedor de matérias-primas para não perder o mercado. É uma visão de anos 30. Da grande crise dos anos 30, em que conquistar mercado era fundamental. Só que nos anos 50, isso deixou de fazer totalmente sentido, no momento em que o Juscelino consegue trazer a indústria automobilística do primeiro mundo para cá. Eu quero acentuar que isso é uma novidade, isso é uma inovação profunda que o Brasil trouxe.

Houve um plano de trazer a indústria automobilística e obrigá-la a criar um carro cem por cento brasileiro em poucos anos. Ficou evidente que não tem sentido falar numa conspiração ou numa política anti industrial em relação ao terceiro mundo. Está errado. Não é por aí. E isto está muito forte na teoria da dependência. A idéia de que interessa ao grande capital das metrópoles o desenvolvimento econômico da periferia. Eles não perdem, eles ganham com isso, desde que possam controlar o processo.”

Francisco de Oliveira também considera o *Dependência e Desenvolvimento* uma obra muito fecunda. Segundo ele “o *Dependência e Desenvolvimento*, é, em primeiro lugar, uma releitura sociológica do trabalho de Celso Furtado e do trabalho do Ignácio Rangel, mas com uma novidade, que é a de mostrar que a política não é indiferente num sistema econômico. O Fernando Henrique cita precisamente José Medina Echavarría, um espanhol refugiado no Chile, que ajudou muito Fernando Henrique e o Enzo Faletto. Um intelectual de primeira linha, de uma erudição notável, a la Ortega y Gasset, Echavarría chamava atenção exatamente porque ele vivia num mundo de economistas, onde a política é vista como um epifenômeno. Segundo ele não se entenderá o México moderno senão a partir da revolução mexicana. Portanto, a política não é apenas a via da economia. Essa é uma avenida de duas mãos. Isso fecundou extraordinariamente no pensamento de Fernando Henrique e de Enzo Faletto.

Esse cruzamento é fecundo nos anos 70 e ajudou a esquerda brasileira a sair do encapsulamento de assimilar a ditadura à estagnação econômica. Como assimilar desenvolvimento econômico é desenvolvimento político, que é, aliás, o livro que o Hélio Jaguaribe faz no começo dos anos 60, divergindo do ISEB. “

José Serra estava no Chile por ocasião da elaboração do *Dependência e Desenvolvimento* e acompanhou sua diversas versões. Segundo ele, esse livro faz a análise do desenvolvimento latino-americano, a partir de uma tipologia de formação das economias primário exportadoras. Não é propriamente uma tipologia nova. Mas foi a primeira vez na economia latino-americano. E aí a contribuição do Enzo Faletto foi importante. A questão da dependência pegou mais por causa do título. Por causa, evidentemente, de alguma digressão a esse respeito e também porque, imediatamente, foi um conceito que catalisou. O Aníbal Pinto advertiu o Fernando Henrique disso na época: “você está criando um monstro aqui.” Eu me lembro: eu vi ele dizer isso.

Agora, de onde veio essa questão da dependência? Vamos pegar a coisa um pouco anterior. Qual era a análise marxista tradicional a respeito da dominação centro - periferia? Era um modelo de extração de recursos. É o modelo tradicional tipo Índia, basicamente. No livro dele sobre imperialismo tem um parágrafo que ele diz mais ou menos o seguinte: “Se o imperialismo desenvolver um mercado interno nos países que explora, deixa de ser imperialismo.” Nos trabalhos anteriores sobre o imperialismo não existia um modelo da exploração do mercado interno. O Brasil inaugurou essa etapa. Por que o Brasil foi o primeiro país a realmente percorrer uma trajetória dinâmica de desenvolvimento com o capital estrangeiro, explorando o mercado interno. Sendo solidário com a expansão do mercado interno.

O Fernando Henrique captou isso e foi original nos anos 60. E chamou isso de dependente. Claro! Porque era uma outra forma de dependência. Não era mais a extração do excedente. Então, a teoria da dependência mostrou um padrão de dependência que estava associado a expansão do mercado interno. Foi o Fernando Henrique quem pegou primeiro essa análise e desenvolveu de maneira mais acabada.”

Antônio Barros de Castro, que também estava em Santiago do Chile quando Cardoso e Faletto produziram esse trabalho, acha que a maior virtude do Dependência é a formulação de uma nova abordagem metodológica, que vai suplantando o economicismo da teoria cepalina. Segundo ele, “o aspecto central que chama atenção é o fato de que o livro pensa o econômico a partir de conflitos e interesses sociais. Como se fosse um esforço de introduzir a dimensão sócio política, que estava omitida sistematicamente pelos economistas na interpretação do que teria ocorrido no Brasil e na América Latina. Então, o que tem de original é isso. É o esforço de uma proposta teórica ambiciosa, que toma a mudança econômica como ininteligível sem a explicação dos interesses sociais e da luta política que está por detrás de cada mudança. É isso que ela tem de novo.”

Entretanto, Barros de Castro julga que Fernando Henrique não foi muito feliz na aplicação prática dessa abordagem. Segundo ele “há nessa obra uma analogia com o marxismo que vicia todos os resultados. Trata-se de “achar que o fundamental é que cada classe ou cada grupo social procura montar a estrutura econômica e social de acordo com os seus interesses. É como se cada classe ou conjunto de classe, grupo, aliança, fosse portador de um modo de produção, de uma forma de estruturação da economia e da sociedade, e que cada sujeito histórico tenta assumir o comando da história através disso. E as demais classes ou grupos excluídos resistem a isso. Ou seja, a coisa se dá através de conflitos.

São obviamente duas evocações do marxismo. Primeiramente, a evocação do que há de mais central em Marx, que é a burguesia como classe social, portadora de um modo de produção que se afirma ao superar o feudalismo e estrutura o mundo de acordo com os seus interesses. E, contrariamente, as forças que a elas resistem. Basicamente as classes pré-burguesas. Então, aí estão as duas coisas. Tanto a idéia que ela é portadora de um novo mundo e que estrutura o mundo de acordo com os seus interesses, quanto a idéia que se faz através de conflitos, que é o que move a história. As duas são portanto propriedades absolutamente fundamentais e idéias centrais do marxismo.

Eu diria que esta idéia, que é matricial em Marx, no máximo se aplica a emergência da burguesia. Se você tenta reproduzir isto para outras experiências, você fracassa. Todas as tentativas de imaginar a superação do escravismo pelo feudalismo deram com os burros n’água. Porque não existe a classe feudal que é portadora do seu modo feudal que brinca com a classe de donos de escravos, e vai por aí fora. Assim também essa analogia revelou-se altamente problemática quando aplicada ao proletariado. O proletariado não conseguiu, de maneira nenhuma, reproduzir, fazer o análogo que a burguesia fez. Bater crescentemente contra a classe hegemônica que o precede, impor e estruturar o seu mundo a seguir. E essa analogia não serve. E muito menos, aí vai o meu ponto, e muito menos serve para estudar formações econômicas como a nossa.

E a idéia de que você vai entender o movimento econômico a partir dos interesses da classe dominante, da classe que está chegando a ser dominante e que este processo é movido por conflitos. Acho que a tentativa de fazer isso esta condenada ao fracasso. Aliás, as referências feitas na teoria da dependência ao caso brasileiro são pífias. E inclusive há uma passagem em que reconhecem que, pelo menos, na primeira fase de arrancada da industrialização, lá pelo Vargas, nada tem a ver com uma impulsão a partir da burguesia. Isso eles admitem. Ela realmente não é capaz de organizar um material histórico. Ela estava condenada ao fracasso. Eu nunca aceitei essa proposição básica: a idéia é absolutamente genial no Marx de fazer uma história do capitalismo a partir da ascensão da burguesia como eixo estruturante da história. É uma idéia genial, mas não é reproduzível ou passível de ser usada no varejo para estudar o Paraguai de 50 a 70. É bobagem porque não é por aí que você vai conseguir organizar um material histórico. Então, eu tenho uma discordância radical desde o início. Eu me lembro que desde a minha primeira leitura, lá, em Santiago, eu não fiquei minimamente convencido desse esforço.”

Bresser Pereira acha que “a contribuição teórica que os brasileiros deram ao pensamento econômico é limitada, o número de economistas é limitado. Mas acho que temos algumas contribuições: existem as contribuições iniciais dos anos 50 do estruturalismo sobre o desenvolvimento econômico. Os nossos dois principais economistas nessa área são Furtado e Ignácio Rangel. E não se pode esquecer a contribuição de Fernando Henrique Cardoso, Conceição Tavares e Antônio Barros de Castro para a tese da nova dependência.”

Belluzzo não é muito explícito sobre a teoria da dependência. Por um lado reconhece que a versão da dependência dada por Fernando Henrique constituiu um avanço em relação a versão mais estagnacionista do Gunder Frank. Ele diz que “em relação à teoria do imperialismo, tal como ela era manejada pelos marxistas brasileiros na época, ...era uma flexibilização importante. Também refletia um pouco o otimismo porque dizia: ‘Vai ter desenvolvimento associado, dependente, mas esse desenvolvimento vai ter graus distintos de avanço social.’ Depende da

relação interna de classes, da relação interna de forças e da maneira como essa relação de forças se reflete nas políticas de Estado.

Olhando para trás, havia um pouco de otimismo por parte do Fernando Henrique. Acho que perdura até hoje. Teve a virtude de mostrar como o entorno internacional condicionava o desenvolvimento das economias periféricas. Mas, veja bem, as condições que presidiam aquele momento não são mais as que estão presentes agora. As condições de desenvolvimento capitalista são muito mais restritas hoje do que foram no passado. Os requisitos para integração na economia mundial são muito mais duros."

João Sayad avalia com cautela a contribuição da teoria da dependência. "Eu não sou capaz de fazer a análise cuidadosa desse livro. A minha impressão é que não há uma ruptura com o pensamento anterior e talvez com um conjunto de pensamentos. Não é uma forma nova de ver o mundo, pelo menos, não me parece, no mundo latino-americano. Será que alguém esperava uma revolução da burguesia nacional? Para essas pessoas talvez ela seja uma novidade. Para um conjunto de partidos comunistas que acreditava nisso! Mas acho que o Celso Furtado não acreditava nisso! Não me parece. Nem o Caio Prado. Nem o Delfim Neto. Noutro nível, não é.

Então, acho que é um livro importante. Tanto que você mede a importância de um conjunto de pesquisas pela repercussão que ele tem inclusive no meio acadêmico. Desse ponto de vista, sem dúvida. Mas há uma teoria da dependência? Não sei se há uma teoria da dependência ou uma teoria da relatividade. Aí é uma outra coisa. Aí você rompe com um paradigma anterior. Eu não sei se a teoria da dependência é uma ruptura desse tamanho! Eu acho que não é! Eu acho que nem o presidente da República acha que é!"

Bacha foi extremamente sumário. Disse apenas que a teoria da dependência "era parte da luta contra a ditadura". Além disso Bacha acredita que "não tem muito pensamento econômico a ser recuperado aqui no país, para ser franco."

Paulo Nogueira acha que o uso do termo “teoria” para qualificar a dependência é um pouco abusivo. Segundo ele “não é propriamente uma teoria, são algumas observações sobre certas características do processo de desenvolvimento, das relações internacionais da América Latina.

Ele (Fernando Henrique) e Faletto, entre outros, tinham a pretensão de criar um paradigma que tivesse um peso intelectual comparável ao que a CEPAL tinha construído com Prebisch e Furtado. Eles não chegaram a isso, na minha opinião. Grande parte do interesse na época tinha a ver com as controvérsias internas da esquerda marxista, ou quase marxista, latino-americana.”

Furtado vê uma certa contribuição da teoria da dependência. Segundo ele, “para nós que vivíamos dentro da teoria de centro-periferia, a dependência era um fato que decorria da estrutura do sistema. Escrevi um livro sobre dependência em 1956 (Uma Economia Dependente). A visão que os sociólogos tiveram como o Fernando Henrique, foi mais de olhar dentro da própria sociedade, como é que ela se solda e como se forma a dependência. O fenômeno da dependência todos conheciam, a própria teoria do semicolonialismo era uma teoria da dependência, que os marxistas desenvolviam. Ligar a estrutura interna da sociedade foi uma contribuição dos sociólogos... o que os sociólogos trouxeram foi um estudo da estrutura de poder interna, que esta ligada à forma de dependência que surge com a industrialização.”

Os demais economistas são ainda mais céticos em relação a contribuição da teoria da dependência. Roberto Campos diz que “sempre achei equivocada essa incursão de sociólogos na Economia. Para o economista as questões são de *muchmoreness*. Quer dizer, tudo é questão de grau. Então, do subdesenvolvimento ao desenvolvimento há apenas um espectro de variações quantitativas. Já o sociólogo gosta de criar categorias, e categorias estáticas no tempo. Assim, enquanto para os economistas o subdesenvolvimento é mero estágio, ao longo de um processo, para os sociólogos em questão configurar-se-ia como uma categoria especial de desenvolvimento: o desenvolvimento ‘dependente’ ou ‘associado’. Hoje essa

distinção sociológica entre ‘centro’ e ‘periferia’ saiu de moda com os tigres asiáticos, que passaram rapidamente ao rol dos países industrializados, superando-os mesmo em algumas indústrias de ponta. Hoje os navios da Coréia, os computadores de Taiwan, os *chips* de Singapura intimidam os competidores dos países desenvolvidos. É que o capital aplicado em sucessivas doses acaba gerando um espectro contínuo de crescimento, sem distinção entre centro e periferia.

Eu nunca comprei a tese do Fernando Henrique. Ela sempre me pareceu bastante ridícula, primitiva mesmo. É a eterna confusão de faseologia com ideologia. Dá-se uma interpretação ideológica àquilo que é meramente feseológico: confundem-se fases de desenvolvimento com categorias estruturais.”

Delfim Netto também não ficou muito entusiasmado com a teoria da dependência. Segundo ele, “desde o começo a teoria da dependência é simplesmente uma retirada da posição inicial. Uma posição marxista, em que se tinha uma espoliação acentuada, é transformada no seguinte: ‘Não vamos ter ilusão, os empresários estrangeiros se juntam aos empresários nacionais para continuar a espoliação do sistema.’ Isso é a teoria da dependência. Ou é mais do que isso?

O que quero dizer é que não há exploração no sentido do Lenin, quer dizer, eles não vêm aqui fazer o imperialismo. Quando vêm, juntam-se com a burguesia nacional e os dois exploram. Durante anos o Brasil crescendo e eles dizendo que o Brasil não podia crescer. Foi só em 1976, quando já tinha crescido mesmo, que disseram: ‘Tem alguma coisa que está errada ai, vamos fazer a independência da teoria da dependência.’ O que estava errado? Que de fato não há esse processo de espoliação. O capital estrangeiro se une ao capital nacional, penetra na burguesia nacional e produz um aumento. Você quer chamar isso de teoria, pode chamar. Dizer que isso representa um conhecimento profundo e uma revolução sociológica do entendimento também pode, é uma questão de gosto.”

Fernando Holanda Barbosa, fiel a tradição de Chicago, não atribui maior importância à teoria da dependência. “Eu não me sinto à vontade para falar sobre esses livros. Li apenas como curioso. Acho que grande parte dos intelectuais latino-americanos, seja por influência da CEPAL, seja por influência dessas idéias de querer colocar a oposição centro periferia, tinham uma visão errônea do mundo. E, as vezes, aqui no Brasil você fica pensando que algumas medidas dos Estados Unidos ou de outros países tem a preocupação de prejudicar ou de nos reduzir a uma economia dependente. Eu não me sinto à vontade para fazer uma avaliação crítica, embora eu não tenha nenhuma simpatia com esse tipo de idéias, que nos colocam sempre em segundo plano.

Eu sou mais influenciado pela questão asiática, pela conduta do governo japonês de copiar boas soluções de problemas.. Aqui no Brasil existe uma tendência de você não querer às vezes copiar instituições de outros países. Os japoneses foram muito felizes. Eles copiaram o sistema de ensino deles por exemplo da Alemanha. Colocaram um país que vivia no feudalismo, copiou o parlamentarismo britânico, a forma mais adiantada de organização política.

Eu acho que os brasileiros deveriam se preocupar mais em tentar construir instituições fortes aqui, observando como os outros países resolveram essas questões. Não adianta a gente querer reinventar a roda e dizer que nós somos diferentes e vamos procurar um caminho alternativo. O caminho que deu certo: a Europa ocidental, a América do Norte, a Ásia, o Japão e mirando esses exemplos buscar sempre maneiras de tentar resolver os nossos problemas.

Eu acho que ficar criando aqui novas hipóteses, novos modelos, vai levar a experiências extremamente caras. Então, eu acho que o Brasil não deve fazer experiências. Eu acho que ao Brasil deve aproveitar. Nós estamos numa fase em que a gente pode se apropriar da experiência alheia a um custo bastante reduzido e transformar a nossa sociedade.”

João Manoel Cardoso de Mello não considera a teoria da dependência muito relevante. Segundo ele “essa idéia de que você tem uma dinâmica, vamos dizer, duplamente determinada, de fora e de dentro, e que portanto é preciso surpreender as articulações entre uma coisa e a outra é uma idéia que estava no ar. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* do Fernando Henrique e Faletto têm essa proposição metodológica. Ainda que o livro seja um malogro completo, na minha opinião.

É um livro de circunstâncias. Se você tirar hoje da prateleira e for ler, aquilo não fica em pé. Todas as coisas que o Fernando Henrique escreveu são coisas de circunstâncias. São trabalhos de oportunidade... essa que é a verdade. O *Empresário Industrial e o Desenvolvimento*, por exemplo, é um livro interessante. Ele tem vários artigos interessantes. O próprio livro sobre escravidão é interessante - não estou tirando o mérito dele, absolutamente - estou dizendo apenas que eram livros muito colados a conjunturas políticas onde eles foram feitos. Portanto não são livros, vamos dizer, de fôlego interpretativo mais geral. Isso ele nunca teve.. Mas são livros colados em conjunturas. O que é que *Dependência e Desenvolvimento* diz: “apesar do capitalismo, nós podemos fazer reformas sociais” para, vamos dizer, corrigir as distorções, por isso é que teve esse sucesso!”

Não haveria um mérito em *Dependência e Desenvolvimento* em contrariar a maioria dos interpretes, que dizia que o capitalismo fracassaria no Brasil, sem grandes reformas? . Ele diz que haveria a possibilidade de haver desenvolvimento do capitalismo ainda que dependente e associado.

De acordo com Cardoso de Mello “essa é toda a discussão dos anos 60. Aquele livro é produto do tempo de Santiago. Lá eles montaram um grupo de discussão. Estava o Carlos Lessa, a Conceição, o Serra, o Weffort e outros! E, na verdade, ele apreendeu ali o pensamento cepalino. Ele pegou aquilo e embuti dentro uma análise social e política com a ajuda do Faletto, que é um historiador. História da América Latina quem sabe é o Faletto. Agora é um livro que também tem importância política. A

importância, vamos dizer, intelectual do livro é irrisória, porque é um livro que não fica. Hoje você lê o *Sobrados e Mocambos* e está em pé. A *Formação do Brasil Contemporâneo* está em pé. Você pega *Caminhos e Fronteiras*, está em pé. Você pega *Visão do Paraíso*, está em pé. Você pega mesmo o *Formação Econômica do Brasil*, com toda a acumulação de fatos, está lá, é um livro que até hoje deve ser estudado. Já o Fernando Henrique não tem fôlego. Eu não estou dizendo isso para menosprezá-lo. O Fernando Henrique é um fino analista de conjunturas. *Dependência e Desenvolvimento*, no fundo, é uma coisa de circunstância. Não tem nenhuma idéia nova.”

Na nova geração de economistas, vai diminuindo a importância creditada à teoria da dependência. Gustavo Franco acha essa teoria importante, mas não se encontra numa posição confortável, enquanto funcionário do governo, para enunciar um juízo abalizado sobre a matéria. O mesmo pode ser dito de Pedro Malan, com a diferença que o atual ministro da Fazenda de fato estava próximo das idéias do *Dependência* nos anos 70, tendo inclusive defendido, na época, esse trabalho de alguns de seus críticos.

Vejamos o que diz Gustavo Franco a esse respeito. “Sempre gostei demais do Fernando Henrique, sociólogo, mesmo naquela época. Do grupo que ele fazia parte, com certeza, era aquele que tinha mais dúvidas sobre essa percepção absolutamente fechada que existia do Brasil dependente. Da busca da autonomia nacional etc. Foi sempre um autor muito mais rico do que os outros. Furtado, acho que tinha um credo, tinha uma percepção missionária de enxergar a si próprio como parte de uma transformação absolutamente meritória. Nenhuma crítica. Isso os fazia mais dogmáticos. Talvez tenha resistido menos a passagem do tempo.”

Francisco Lopes não leu o *Dependência e Desenvolvimento* e não quis emitir opinião sobre a teoria da dependência. José A. Scheinkman foi evasivo na resposta. “Eu li parte do *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. A teoria de dependência, a gente tem que aprender um pouco. Por um tempo fui muito amigo e

ainda sou amigo do Guilherme O'Donnell que é um cientista político. A nossa convivência começou quando Chicago tentou recrutá-lo e nós gostamos muito um do outro. E nesse processo de recrutamento, nós acabamos amigos. Então, eu conversava muito com ele sobre isso. Eu li ciência política nessa época. Eu tinha um enorme respeito pelo livro. Mas não era o meu trabalho em economia. O meu trabalho em economia é influenciado mais pelos economistas de fora.”

Aloizio Mercadante acha que o *Dependência e Desenvolvimento* “é uma obra que basicamente incorpora uma análise sociológica weberiana ao pensamento cepalino. A matriz do pensamento todo que está ali é da CEPAL. Ou seja, a passagem do modelo agro-exportador para o modelo de substituição de importações. A questão política relevante é a idéia que não tinha ocorrido uma revolução burguesa no Brasil e que não ocorreria. Essa é a questão chave. Para o debate que a esquerda fazia era importante. Havia um setor que achava que nós vínhamos de um passado feudal, que, no fundo, era uma reprodução mecanicista das teses clássicas do marxismo. E confundia as capitânicas hereditárias ou o próprio trabalho escravo no Brasil com os resquícios de um feudalismo. Portanto a etapa capitalismo não estava constituído e o Brasil precisava de uma revolução democrática burguesa nos moldes que tinham sido as revoluções democráticas. Essa influência vinha da Terceira Internacional.

Então, do início dos anos 60 até o início dos anos 70 houve um debate sobre essa questão, que tinha desdobramentos políticos importantes. O Fernando Henrique soube identificar que o empresariado brasileiro não estava interessado e nenhuma revolução burguesa, mas estava se associando ao capitalismo internacional.”

Finalmente, Giannetti da Fonseca acha que a teoria da dependência assim como a teoria da inflação inercial têm pouca importância e são completamente ignoradas fora do Brasil. Segundo ele, “se você chegar para qualquer economista teórico importante hoje, posso dizer por experiência própria, por exemplo Frank Hahn ou Partha Dasgupta lá em Cambridge, e perguntar o que eles acham da teoria da inflação inercial ou da teoria da dependência, nenhum deles vai ter a menor idéia do

que você está falando. Nunca ouviram falar nisso. E digo mais: não terão o menor interesse se você tentar explicar. Pode chegar a Kenneth Arrow, Gary Becker ou Amartya Sen, para qualquer um daqueles economistas que estão no volume do *Economic Journal* discutindo os próximos cem anos da teoria econômica. Essas teorias circulam no Brasil, mas não têm a menor expressão internacional. É uma ilusão, é uma fantasia acreditar nisso.

Temos de ter um mínimo de senso de realidade. Coisas do tipo teoria da dependência e da inflação inercial só fazem sentido no nosso ambiente intelectual, quer dizer, num ambiente que é muito peculiar e isolado do que se passa no mundo acadêmico internacional avançado.”

O que se pode concluir das observações desses economistas sobre *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* ou da teoria da dependência na versão de Fernando Henrique Cardoso? Conforme vimos, as opiniões mais abalizadas, como as de Singer, Oliveira, Serra, Barros de Castro, Bresser Pereira e mesmo Mercadante, atribuem a obra de Cardoso e Faletto um papel fundamental, sem explicitar, no entanto, qual o estatuto teórico dessa contribuição. Entretanto a argumentação nos permite deduzir que se trata de um avanço teórico considerável, em relação ao pensamento pré existente. Antes de mais nada, porque esse trabalho vai além da teoria do imperialismo, que enxergava apenas uma modalidade de relacionamento entre os países avançados e atrasados, qual seja, uma relação de exploração que implicava em condenar estes últimos ao atraso e ao papel de quintal de produtos primários para os primeiros. Esta análise do imperialismo, baseada no marxismo tradicional, deixa em segundo plano a possibilidade de um tipo de industrialização ou de desenvolvimento da acumulação capitalista, específico dos países atrasados que o trabalho dos autores latino-americanos leva em conta. Em segundo lugar, a obra em pauta supera uma série de limitações do pensamento cepalino, que se restringia a analisar as relações econômicas, dando pouco peso para a estrutura social e política ou, se quisermos, às relações de classe, que são enfatizadas por Cardoso e Faletto. Nesse sentido existe um salto teórico importante

nesse trabalho, que contém um novo método de análise da realidade latino americana, e permite integrar os componentes econômicos e sociais do desenvolvimento na análise da atuação dos grupos sociais.

Evidentemente esses autores e outros que contribuíram para a teoria da dependência não inventaram o materialismo histórico e dialético, que certamente esta na base dessa abordagem. Porém abriram caminho para que ele fosse utilizado de forma adequada para interpretar uma realidade sócio econômica que se diferenciava de outras sociedades e exigia uma abordagem *sui generis*. Em outras palavras, trata-se de uma metodologia que permite entender as formas de desenvolvimento econômico que se dão na periferia capitalista. O desenvolvimento capitalista da periferia é visto a partir da internacionalização do mercado interno e da associação dos empresários brasileiros com o capital estrangeiro. Esse tipo de abordagem ajuda a derrubar a idéia, sustentada pela maioria dos autores da época, de que o capital estrangeiro não estava interessado no avanço da acumulação industrial e financeira no Brasil e em outros países da América Latina. O que era verdadeiro até o final dos anos 40, mas havia mudado dos anos 50 em diante, quando a acumulação industrial se impõe no Brasil. Isso tampouco queria dizer que se instaurava no país um capitalismo autóctone, nos moldes em que sonhavam alguns pensadores cepalinos. Estava em curso, isto sim, um desenvolvimento capitalista, dependente e associado ao capital estrangeiro. Foi a esse tipo de interpretação do capitalismo retardatário brasileiro que a obra de Cardoso e Faletto deram um pontapé inicial.

Nesse sentido, podemos falar de uma teoria da dependência, enquanto uma construção teórica que supera as demais teorias que tentavam o mesmo empreendimento de captar a dinâmica das sociedades latino-americanas e suas tendências, sem o mesmo êxito. Evidentemente não se trata da fundação de um novo paradigma teórico, conforme foi definido por T. Kuhn, e não tem o alcance da teoria marxista ou da teoria keynesiana, que constituem um arcabouço teórico muito mais complexo e com repercussões infinitamente maiores sobre o pensamento contemporâneo. Mas tem a sua dose de criatividade e *insights* importantes. Afinal

muitas das teorias que transitam entre os grandes paradigmas não são mais do que a adaptação ou remodelação de teorias pré existentes a novos contextos e novas situações. Além disso, a construção de uma nova teoria dificilmente é tarefa de um único autor, mas geralmente é o resultado do trabalho de um conjunto de pensadores, alguns dos quais tem a felicidade de formular melhor as hipóteses desse novo corpo teórico. É nesse contexto que se enquadra a *Dependência e o Desenvolvimento*, naturalmente não como uma obra única e acabada, mas como uma das obras importantes que estabeleceram o marco inicial de uma nova vertente teórica muito profícua no Brasil e na América Latina.

De resto as limitações desse trabalho foram salientadas por vários dos economistas entrevistados. Para começar, a dificuldade para a teoria da dependência se decidir entre a relação entre países e a relação entre classes, apontada por Francisco Weffort e subscrita por outros pensadores. Além disso, outros autores, como Barros de Castro, duvidam que essa obra tenha conseguido cumprir os objetivos a que se propôs, de aplicar uma nova abordagem metodológica que suplantasse o economicismo da Cepal. Castro não concorda também com a tentativa que essa teoria faz de entender o movimento econômico a partir dos interesses da classe dominante ou que esta se tornando dominante. João Manoel acha que *Dependência e Desenvolvimento* não foi além de por no papel algumas idéias que estavam “no ar” na América Latina nos anos 60.

Do que foi visto acima podemos concluir que, ao definir uma metodologia para uma análise histórica e dialética do processo de desenvolvimento e subdesenvolvimento, Cardoso e Faletto avançaram em aspectos importantes de uma teoria do desenvolvimento para países da periferia capitalista.¹² Entretanto não lograram aplicar satisfatoriamente seu próprio instrumental, uma vez que teriam que reinterpretar toda a história da América Latina de acordo com essa metodologia. No

¹² Vide a respeito Guido Mantega, *Teoria da Dependência Revisitada*, op. cit, pag. 44.

entanto, permaneceram atados a periodização da história econômica cepalina, ficando limitados por ela, conforme apontaram Cardoso de Mello e outros críticos.¹³

Por outro lado, a maioria das críticas a teoria da dependência não são muito balizadas. Algumas, como a de Campos e Delfim Netto se revestem de um caráter nitidamente ideológico. Não gostam da teoria da dependência porque não concordam com suas premissas, diagnóstico e conclusões. Para eles não há maiores conflitos entre o centro e a periferia, o imperialismo é conversa de marxista, e assim por diante. Portanto, pouco importa uma análise que revele a estrutura de dominação interna e externa da sociedade brasileira.

Já outros como Bacha e Giannetti da Fonseca, desdenham a teoria da dependência e qualquer outra contribuição dos pensadores brasileiros provavelmente devido a um deslumbramento cultural com os americanos ou com as culturas “superiores”. Bacha teve uma prolongada convivência nas escolas americanas e tem um confessado fascínio por elas. Giannetti da Fonseca deve ter adquirido sua posição aristocrática em sua estada em Cambridge onde aprendeu a ser um intelectual superior diante dos pobres mortais analfabetos do terceiro mundo. Não é verdade que a teoria da dependência é sistematicamente ignorada no exterior. Na Universidade de Sussex, na mesma Inglaterra onde Giannetti estudou, existe o Institute of Development Countries, onde trabalhava, entre outros Dudley Sears, um dos grandes estudiosos da questão do Desenvolvimento e da Dependência. De resto nenhum desses críticos mais ligeiros chega a fundamentar seu julgamento.

IX. A TEORIA DA DEPENDÊNCIA REVISITADA

Como a teoria da dependência de Fernando Henrique Cardoso é vista hoje, a luz das transformações que se verificaram nesses quase trinta anos desde a sua elaboração, e

¹³ Vide a respeito João Manoel Cardoso de Mello, *O Capitalismo Tardio*, 1982, Brasiliense, SP, pag. 26.

levando em conta que o sociólogo pesquisador tornou-se o presidente da República, vale dizer, o principal responsável pelos rumos da sociedade brasileira? Recentemente essa teoria foi alvo de severas críticas por parte daqueles que viram em *Dependência e Desenvolvimento*, não apenas uma análise descompromissada da dinâmica do capitalismo retardatário brasileiro e de suas tendências, mas como um vaticínio de uma subordinação do capitalismo brasileiro ao concerto capitalista mundial.

Recentemente José Luís Fiori procurou fazer uma crítica mais drástica à teoria da dependência de Fernando Henrique Cardoso. De acordo com Fiori¹⁴ a postura atual do presidente Fernando Henrique Cardoso é uma decorrência natural do diagnóstico do *Dependência e Desenvolvimento*, que prevê um processo inevitável de subordinação aos ditames do capitalismo internacional. Nesse sentido, Fernando Henrique não dá nenhuma contribuição teórica maior, e apenas ajuda a por em prática o diagnóstico que ele fizera quase trinta anos atrás, de atrelamento da economia brasileira aos interesses do grande capital internacional.

O filósofo Mangabeira Unger também vai no mesmo caminho de Fiori. Num artigo da Folha de São Paulo, ele diz que a teoria da dependência não foi uma ruptura de esquerda face as velhas teses reformistas do PCB, mas uma espécie de justificativa para a adesão ao *status quo*. Os intelectuais brasileiros teriam jogado fora as aspirações transformadoras do marxismo e ficado com o determinismo estrutural. Mangabeira está se referindo a capacidade transformadora da política para além do *status quo*. Ou seja, a análise sociológica de inspiração marxista, praticada por Fernando Henrique Cardoso, teria servido para provar que não há outro caminho senão a integração subordinada ao capitalismo internacional.

¹⁴ A análise de José Luís Fiori esta em *Os Moedeiros Falsos*, 1997, Vozes, Petrópolis, pag. 14 em diante.

Confrontados com essas colocações de Fiori e Mangabeira Unger, uma parte dos economistas brasileiros¹⁵ se posicionaram da seguinte maneira.

A opinião de Paul Singer “é que a teoria da dependência, nos anos 60 e 70, que Fernando continuou ativamente escrevendo, tem uma postura antiimperialista básica. Ela percebe que existe associação, mas acentua também antagonismos de interesses. Então ela é claramente terceiro mundista no sentido de que a conclusão lógica é de que as classes subordinadas nos países do terceiro mundo deveriam fortalecer-se politicamente, e através do seu fortalecimento político levar esses países a posturas muito mais autônomas. No sentido de competir tanto quanto associar-se. Quer dizer, não há idéias ingênuas de ruptura na teoria, digamos, do jeito como Fernando Henrique a manipula. Mas a idéia do antagonismo está claramente presente.

Eu acho que o Fernando Henrique dos anos 90 está mais próximo dessa análise do Mangabeira Unger. Ele foi atenuando a sua visão terceiro mundista, nacionalista, ou desenvolvimentista, ou mesmo marxista, passando, cada vez mais, a se conformar.

Além disso creio que mesmo hoje o Fernando não é um “associativista” perfeito. Ou seja, ele não está achando que o caminho do desenvolvimento brasileiro consiste em submeter-se inteiramente a hegemonia americana. E ele está protagonizando o primeiro embate direto entre Brasil e Estados Unidos no continente americano, historicamente falando. Isso é curioso. Não dá para negar o fato. Pela primeira vez, pelo que eu sei, Brasil e Estados Unidos estão se confrontando em termos de projetos diferentes. Sobre o que fazer daqui por diante na América. Porque o Brasil passa a ser um pólo, de certa forma, competitivo - não faz desafios abertos - mas, o último discurso do Fernando Henrique, no Chile, foi quase que um pedido de solidariedade dos chilenos. Ele é meio chileno, viveu no Chile, gosta muito do Chile, tem muitos amigos lá. O presidente da República deve ser amigo pessoal dele. Os ministros, assim por diante - ele fez quase que um apelo a uma aliança mais

¹⁵ Uma parte dos economistas não respondeu a essa questão.

forte do Chile com o Mercosul para enfrentar a pressão dos Estados Unidos. O que mostra que a conversão dele não foi 100%. Embora, eu reafirmo, ele, certamente, andou evoluindo numa certa direção, que é a direção que o Mangabeira Unger aponta.”

Francisco de Oliveira não concorda com as colocações de Fiori e Unger, mas acha que Fernando Henrique mudou foi de campo político. Em suas palavras : “Hoje sou adversário político de Fernando Henrique Cardoso e acho que intelectualmente temos pontos em comum, o que não refresca nada, ele deve estar pouco ligando para isso. Mas eu ligo muito porque acho que é uma perda para a esquerda, que um intelectual do tipo de Fernando Henrique tenha mudado de campo. Eu não concordo porque *Dependência e Desenvolvimento* foi uma análise que inovou precisamente colocando a política em lugar de destaque. Evidentemente, uma política pensada em termos mais marxistas. O que Mangabeira pode discordar é da adequação do campo teórico ao tratamento da política. Isso ele tem todo o direito de discordar e até oferecer uma alternativa coisa que não está em nenhum dos escritos de Mangabeira. E se tomarmos o documento que ele (Unger) apresentou no Chile em 1997, não há nada mais conformista.

Quer dizer, Mangabeira pode discordar da adequação do campo teórico de um problema tão espinhoso, tão delicado como é a todos os campos teórico: o campo da política, da pluralidade e da democracia. Mas ele não pode dizer que *Dependência e Desenvolvimento* seja um recado conformista. Esses livro tem uma outra matriz que está escondida há tanto tempo, provavelmente porque Fernando Henrique e Faletto eram funcionários internacionais. Mas a matriz de *Dependência e Desenvolvimento* é a teoria do Imperialismo leninista . É a teoria do imperialismo repensada, com o enriquecimento cepalino. Eu já fiz as críticas a uma espécie de submersão completa ou quase completa do conflito interno. Mas eu não diria que nós podemos encontrar as matrizes do conformismo fernandista de hoje.

Fiore faz essa crítica por que quer encontrar as origens da mudança de posição de Cardoso. E o Roberto Schwarz faz a crítica, a meu modo de ver, por generosidade intelectual e afetiva e por um tipo de interpretação marxista dele que é muito desesperançada. E concluem que o Fernando Henrique de hoje é coerente com aquilo que está em *Dependência e Desenvolvimento*, eu acho que não é. De um lado, é um ataque, sem cabimento da parte do Unger. Discordo também do Fiore. Não creio que o presidente seja simplesmente vendedor ou despachante do capital. No meu modo de ver estão fazendo uma história do pensamento a La Soviética. Estão tentando encontrar as matrizes do pefelismo do presidente Cardoso hoje em *Dependência e Desenvolvimento*, o que eu acho um exagero.”

Para José Serra, “essa frase do Mangabeira não é propriamente uma produção mais intelectual dele. Isso é uma entrevista da Folha, eu presumo. E o fato de você identificar que o desenvolvimento hoje, do ponto de vista do mercado interno, é mais internacionalizado que no passado porque é, não implica obrigatoriamente em conformismo. Quer dizer, ele está raciocinando provavelmente dentro dos parâmetros dele. Eu não me identifico nisso. Não há obrigação de subordinação. A consequência do ponto de vista da ação que flui dessa análise não é obrigatoriamente conservadora ou conformista. É completamente arbitrário. Isso é uma análise tipicamente de disputa eleitoral ou política. Porque uma coisa não decorre da outra.

Creio que o José Luís Fiori pegou uma coisa interessante que é a visão conformista que pode fluir de uma análise da globalização. Eu estou de acordo que essa possibilidade existe. Agora, eu não creio que o fato de o Estado ter perdido alguma capacidade de intervenção na economia face, tanto a maior abertura comercial, quanto a uma internacionalização financeira, além da privatização, enfraqueça o papel tradicional do Estado brasileiro, que em outros lugares, não é tradicional. Nem tem esse papel. Mas não obrigatoriamente eliminam a possibilidade de novas política e nisso o José Luís está certo. Só que ele é mais duro no sentido de atribuir isso ao governo Fernando Henrique. Eu creio que isso só em parte é verdadeiro.

Você não pode atribuir ao governo como um todo essa característica. O governo Fernando Henrique é quem está presidindo no fundo a essa mudança do papel do Estado. Convenhamos que é complicado você presidir a crise e ao mesmo tempo definir o novo caminho. Com isto também, não quero dizer que não haja esse elemento conformista conservador, que não domine, digamos, algum percentual substancial da ação do governo. Mas não é tudo.”

João Manuel não concorda com a análise de Mangabeira Unger “porque as coisas são datáveis em ciências sociais. Quanto mais uma coisa colada na conjuntura. Quem estava naquela discussão sabia qual era o significado do livro. Então, eu acho realmente isso errado, porque as coisas são datadas, especialmente um livro como esse. Para você saber o que é esse livro, você tem que saber o que é que se discutiu na época. Qual foi o significado dele naquela época. A idéia era a de que, realmente, você podia fazer reformas a partir de um capitalismo que estava mais ou menos implantado. O que ocorreu agora é o seguinte: os supostos daquela situação soterraram completamente. Não sei se me fiz compreender. Você tem uma situação do pós-guerra, que é uma situação que abre - por causa do sistema internacional - abre raios de manobra para políticas nacionais de desenvolvimento. Foi o que nós fizemos. Mas agora você tem uma situação que é exatamente inversa. Você tem uma situação internacional que é o oposto do que era. Talvez o Fernando Henrique não se deu conta que ele escreveu o livro “numa outra situação” e que a situação agora é inversa que era. Aí sim, aí está certo.”

João Sayad concorda apenas em parte com as observações de Fiori e Mangabeira Unger. “Eu não sou pessoa para falar sobre isso tudo. Mas que é uma espécie de justificativa do *status quo* é, se você pensar na história brasileira. Isso é uma coisa delicada de ser dita, mas é verdadeira. As políticas transformadoras elas são de origem tecnocrática ou de origem militar ou de origem intelectual e não das elites burguesas. Tirando talvez o Roberto Simonsen e talvez o Barão de Mauá. O que o Fernando Henrique está constatando é isso. Não há de ser naturalmente ou

espontaneamente que os interesses da burguesia brasileira vão se contrapor aos internacionais. Vão exigir a vontade de uma nação.”

Paulo Nogueira se pergunta “se na forma de colocar as questões já não estava desenhada, ainda que em germe, a estratégia política que Fernando Henrique seguiria mais tarde, nos anos 80 e 90. A teoria da dependência esta explicitamente formulada como uma contraposição ao nacional desenvolvimentismo e, em particular, à adesão de parte da esquerda marxista a essa ideologia. O argumento etapista dizia que na América Latina era preciso passar por uma fase de aliança com a burguesia nacional para se contrapor ao imperialismo norte-americano. Disso resultaria um processo de desenvolvimento que mais tarde desembocaria no socialismo. E o que diziam Cardoso e Faletto? ‘Não, a burguesia nacional é dependente e associada, ela não será um aliado. Não há uma alternativa nacional ao imperialismo norte-americano.’ Era mais ou menos essa a colocação. Despojada da retórica marxista foi virando uma coisa diferente ao longo dos anos 70, 80, na trajetória dos intelectuais que acabariam no PSDB: não há alternativa nacional, ponto. Portanto, só restaria a cooperação com as forças internacionais.”

Gustavo Franco foi extremamente sumário em sua resposta. “Eu acho isso uma conversa fiada, monumental. Acho isso um discurso em torno do absolutamente nada. Eu não sei se entendi bem qual é a questão, mas se alguma coisa pode ser chamada de retórica vazia é essa conversa aí.”

Aloizio Mercadante acha que “o Fernando Henrique Cardoso levou ao pé da letra o livro dele. Não é verdade que ele rompeu com muita coisa que ele escreveu. Ele está levando a sério aquilo que aparentemente criticava. Mas ele está no fundo promovendo o quê? Uma associação do capital nacional com o capital internacional, aprofundando o processo de subordinação. Eu acho que o Fiori está certo quando diz que essas idéias já estavam presentes. Eu acho que o melhor trabalho sobre isso é o do Fiori. A análise que ele faz do empresariado. O Fernando Henrique é hoje o arquiteto da associação que ele dizia que estava ocorrendo. O que é o processo de

privatização das telecomunicações se não a articulação dos grandes grupos nacionais e grandes bancos, grandes empreiteiros, dos grupos industriais nacionais que restam com as grandes companhias internacionais e bancos?

A privatização, o desmonte do Estado que ele está promovendo, o ajuste neoliberal, a inserção subordinada do Brasil a essa lógica é coerente com o diagnóstico que ele fazia. Ele foi ao encontro daquilo que o empresariado queria dele, na pesquisa e na tese. Ele estava correto em dizer que não havia uma revolução burguesa, que a burguesia tinha se associado. Agora, o debate que tinha que ser feito a partir daí é: como é que se construí uma ruptura com essa lógica? E essa ruptura, na realidade, talvez, ele nunca tenha pretendido. Então, com aquela ambigüidade que lhe é própria, acho que ele flertou com a esquerda. Conseguiu durante um tempo iludir, mas a essência do diagnóstico dele é coerente com um ajuste passivo neoliberal que ele está fazendo. Acho que, quem formulou isso com mais propriedade foi o Fiori, que já na campanha de 94, escreveu um artigo na Folha abrindo esse debate. Então, não é propriamente uma crítica inovadora do Mangabeira Unger. O que o Mangabeira Unger escreveu junto com o Ciro Gomes esta longe de ser uma ruptura com o projeto neoliberal. É uma política de ajustes dentro do modelo. O trabalho do Ciro Gomes com o Mangabeira Unger não passa de uma dissidência dentro do modelo neoliberal. Ele não confronta o modelo.”

Na fala dos economistas em questão, destacam-se pelo menos duas posições. A primeira afinada com a hipótese de Fiori e Mangabeira Unger, que vê no jovem Fernando Henrique Cardoso as raízes das postulações do velho FHC no exercício da presidência da República. E a outra posição que identifica uma ruptura entre a teoria do cientista social e sua prática política, que se desenvolve na direção oposta. Ontem ele era crítico do modelo e hoje seu principal gestor e incentivador. Ontem Fernando Henrique se aproximava da proposta da CEPAL de organizar uma industrialização e um desenvolvimento nacional. Hoje se aproxima do Consenso de Washington e de posições neoliberais. Haveria outras alternativas entre esses dois modelos de desenvolvimento?

De acordo com Belluzzo as alternativas se estreitaram. Ele acha que “o nosso raio de manobra diminuiu muito, sobretudo porque passamos por um processo de ajustamento traumático depois da crise da dívida. Foi o que nos sobrou naqueles anos 80. Fizemos um ajustamento muito traumático e, como eu disse, o raio de manobra estreitou demais. Paulinho Nogueira Batista brigaria comigo, mas eu acho que a tentativa de propor alternativas é neste momento muito limitada, sobretudo porque não se tem na sociedade brasileira forças sociais capazes de responder a elas. Ou seja, o sacrifício a ser imposto sobretudo para as classes que internacionalizaram o seu consumo, a sua riqueza, de certa forma a sua renda, por um modelo alternativo seria grande.

Cometemos, aliás, uma imprudência e depois um erro. A imprudência é que resistimos ao ajustamento por mais tempo que os outros. Foi uma imprudência, digamos, sensata, porque assim tivemos mais tempo para ganhar com a experiência dos demais..... Mas assim mesmo cometemos o erro da valorização cambial.”

Mas essa problemática permanece nebulosa se não esclarecer-mos o que era a teoria da dependência ontem e quais são hoje as posições de seus idealizadores. Em minha opinião, *Dependência e Desenvolvimento* é um livro crítico que está longe de celebrar um pacto com o *status quo*. Nesse sentido, não faz uma apologia do desenvolvimento capitalista dependente e associado que se consolidava no Brasil dos anos 60 em diante. Muito pelo contrário, até revela o seu caráter concentracionista e anti-popular. Mais do que outra coisa, o trabalho de Cardoso e Faletto é um diagnóstico bem feito, dentro do que era possível fazer com a precária teoria de que se dispunha, do que vinha ocorrendo no Brasil dos anos 50 em diante, refutando as teses da velha esquerda que faziam uma avaliação equivocada. Ao identificar a existência de uma burguesia brasileira que celebrava uma associação com o capital externo, e enfatizar o caráter subordinado ou dependente do capitalismo brasileiro, esses pensadores não estavam compactuando com isso. Trata-se, isto sim, de um trabalho criativo e progressista á medida que ajuda a desfazer os mitos tanto da direita quanto da esquerda sobre a sociedade brasileira. Revela a

existência de conflitos sociais importantes e a atitude conformista da burguesia brasileira. Portanto fornece preciosos elementos para uma melhor compreensão e conhecimento da sociedade brasileira, facilitando a elaboração de uma estratégia de transformação. É bom não esquecer que estamos falando de um trabalho elaborado por um adversário do regime militar, que o escreveu e discutiu no exílio, juntamente com outros pensadores brasileiros também engajados na oposição a esse regime. De fato, esse livro não apresenta nenhum projeto revolucionário explícito para o Brasil. Porém trata-se de uma lacuna compartilhada por todo um segmento da esquerda brasileira, que não acreditava mais nem na revolução democrático- burguesa e nem na proposta cepalina.

Portanto, faz mais sentido a tese da ruptura entre o ideário do sociólogo Fernando Henrique dos anos 60 e 70, com o ideário, ou melhor, com a prática política do presidente da República dos anos 90, que teria abraçado com entusiasmo o chamado consenso de Washington e o neoliberalismo. Sobre essa “adesão” não pairam maiores dúvidas, pelo menos para uma parcela expressiva dos economistas entrevistados, com exceção de Gustavo Franco e Pedro Malan, que são co-responsáveis pela política econômica brasileira. Além, naturalmente, do próprio Fernando Henrique Cardoso, que afirma que suas idéias não mudaram em relação ao passado. Indagado, numa recente entrevista¹⁶, se ele não acreditava mais no conceito de classes que ele utilizava na análise da dependência, e se a análise da dependência tinha mudado, ele respondeu: “não que eu tenha mudado, mudou o mundo. Você tem uma enorme fragmentação da sociedade. Em função do que ? Do modo de produzir. E ai eu sou clássico. Eu disse isso no México. Isso muda o modo de atuação política. Houve essa mudança geral do modo de produzir com a globalização, etc., você teve aquilo que Marx jamais pensou, nem Weber, nem ninguém – nem podiam: que o capital se internacionalizou com muita rapidez e ele é o fator abundante. Certos países podem tirar proveito dessa situação, o Brasil entre eles.”

¹⁶ Entrevista publicada na *Folha de São Paulo* em 13/10/1996, Caderno Mais, pag 5-4.

Em outras palavras, o Brasil estaria se inserindo no capitalismo mundial de forma favorável, tirando proveito da abundância de capitais disponíveis. No atual panorama brasileiro, fica difícil saber exatamente quem está tirando proveito de quem. Mas uma coisa é certa, o preço da vinda de capital externo tem sido a fiel observância das condições estabelecidas por esses capitais e pelos organismos internacionais que os representam, como o FMI. Ampla liberalização comercial, abertura do setor financeiro, privatização e encolhimento do setor público, reforma administrativa e da previdência. Além de pacotes fiscais restritivos e taxas de juros estratosféricas, como manda o figurino do FMI. Com tudo isso, o capital estrangeiro voltou a aumentar sua participação na economia brasileira, abarcando segmentos que antes lhes estava vedados, mesmo nos governos militares considerados os mais “abertos”, como o financeiro, telefonia, energia elétrica, etc. Talvez o presidente Fernando Henrique tenha sido convencido de que não haveria outro caminho para algum desenvolvimento brasileiro, senão o de aceitar os ditames da globalização. Mas a adesão a globalização não é um processo apolítico, governado por technicalidades. Como muito bem ressaltou Fiori “os estados nacionais têm de optar e decidir como se conectam à nova realidade e isto, como vira FHC, também agora passa por uma redefinição das coalizões interna e externa de poder.”¹⁷ Portanto, não há apenas um caminho para engatar na globalização. Mas o governo Itamar com Plano Real e o governo FHC escolheram aderir à estratégia de ajustamento do FMI e das altas finanças internacionais. Nas palavras de Fiori, FHC “deixou o seu idealismo reformista e ficou com seu realismo analítico abdicando dos ‘nexos científicos’ para propor-se como *condottiere* da sua burguesia industrial, capaz de conduzi-la a seu destino manifesto de sócia-menor e dependente do mesmo capitalismo associado renovado pela terceira revolução tecnológica e pela globalização financeira.”¹⁸

¹⁷ José Luís Fiori, Os Moedeiros Falsos, op. cit, pag. 16.

¹⁸ José Luís Fiori, Os Moedeiros Falsos, op. cit, pag. 17.

Então, cabe indagar se a opção pela internacionalização e a própria fórmula de estabilização do Plano Real não implica em acentuar o caráter dependente do capitalismo brasileiro ou reforçar os laços da associação que eram, em certa medida, condenados pela esquerda brasileira à qual Fernando Henrique pertencia? É verdade que a mundialização aumentou a suscetibilidade de todos os países aos fluxos financeiros internacionais. Mas a economia brasileira não ficou particularmente vulnerável ao capital financeiro internacional, devido aos imensos déficits de transações correntes e de capitais fruto do plano de estabilização e da política econômica do governo FHC? Para responder adequadamente a essas questões teríamos que empreender uma nova análise da dependência, e verificar como ela atua nos dias de hoje. Mas essa é uma tarefa complexa, que ultrapassa os limites deste trabalho. Fica registrado, entretanto, um certo conflito entre o cientista e o político, ou entre a teoria e a prática política, pelo menos na figura do sociólogo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Naturalmente, não foi apenas a teoria da dependência que reformulou as bases do pensamento social brasileiro dos anos 60 em diante. Houve vários trabalhos que se somaram para produzir uma visão mais aguçada do processo de transformações por que passava a sociedade brasileira nesse período. Os economistas abrangidos pelas entrevistas tiveram uma participação ativa nessa fermentação teórica brasileira, que certamente deu um salto qualitativo em relação ao passado. Paul Singer escreve sobre o *Milagre Brasileiro* e esclarece o comportamento cíclico da economia brasileira, refutando as teses subconsumistas. Francisco de Oliveira aprofunda a crítica a abordagem cepalina e empreende uma análise importante das relações entre capital e trabalho em *Crítica a Razão Dualista*, salientando sua especificidade. José Serra, juntamente com Maria da Conceição Tavares procuram explicar o novo modo de acumulação brasileira para *Além da Estagnação*. Antônio Barros de Castro combate o mito da agricultura ineficiente em *7 Ensaios sobre a Economia Brasileira* e faz instigantes análises sobre o II PND. João Manoel Cardoso de Mello dá um passo decisivo na compreensão da dinâmica de acumulação brasileira com o seu *O Capitalismo Tardio*. Mario Henrique Simonsen explica melhor o

funcionamento da inflação brasileira e lança os fundamentos do conceito de inflação inercial com o seu *Inflação: Gradualismo ou Tratamento de Choque*. Luiz Gonzaga Belluzzo traz para o Brasil a discussão sobre o valor e capital das duas Cambridge em sua tese de doutorado *Valor e Capitalismo*. Na UNICAMP, na FEA-USP, na FGV de São Paulo, multiplicam-se os centros de pesquisa e discussão que farão avançar o pensamento econômico brasileiro. São um conjunto de trabalhos que ajudam a esclarecer a dinâmica do capitalismo brasileiro, que até o final dos anos 70 encontrava-se com um alto grau de crescimento.

X. A TEORIA DA INFLAÇÃO INERCIAL

No entanto, a partir dos anos 80 esse panorama se modifica consideravelmente. As altas taxas de crescimento do PIB serão substituídas pela estagnação e pelos problemas do balanço de pagamentos. As taxas de juros explodem na economia americana e arrastam consigo os países dependentes para a crise do endividamento. A recessão, a instabilidade, o desequilíbrio fiscal e a inflação galopante serão os temas preferidos pelos economistas brasileiros. Diante desse quadro surge um novo filão teórico extremamente fértil no pensamento econômico brasileiro. São os trabalhos sobre inflação inercial.

Desde o princípio a idéia de inflação inercial destaca-se como uma alternativa ao diagnóstico ortodoxo sobre a inflação brasileira. A grosso modo, é a interpretação de que existiria uma componente autônoma ou inercial na determinação da inflação. A experiência inflacionária brasileira é considerada singular e não pode ser compreendida se não levamos em conta o fato de o governo ter incorporado a correção monetária à política econômica. A expressão *correção monetária* aparece oficialmente pela primeira vez na Lei nº 3.470/58, ainda no governo Kubitschek. A partir dessa Lei, permite-se a reavaliação anual do ativo imobilizado das empresas. Na realidade, o objetivo era corrigir distorções que a *Lei da Usura* e o veto a

qualquer indexação contratual¹⁹ geravam numa economia em que a inflação já atingia o patamar de 20% ao ano.

A ampla utilização da correção monetária na legislação vai ocorrer apenas na primeira fase do governo militar. A generalização da correção monetária reflete uma política gradualista de combate à inflação. A indexação se generaliza sobretudo no governo Costa e Silva, sob a batuta do ministro da Fazenda Delfim Netto . A Lei 4.725 de 1965, que impedia que os salários fossem indexados pela Justiça do Trabalho, foi revista em 1968 quando praticamente se indexou os salários ao aumento do custo de vida nos 12 meses antecedentes. Paralelamente, em agosto de 68, optou-se por uma política de minidesvalorizações cambiais baseadas no diferencial entre a inflação interna e externa, o que, em última instância, implicava na indexação da taxa de câmbio.

Simonsen (1970) nota que a correção monetária, da maneira como havia se generalizado, institucionalizava a *espiral preços-salários*. Alguns autores sustentam que neste texto pode-se encontrar a origem da teoria da inflação inercial. Na realidade, os riscos implícitos na indexação generalizada já foram antecipados em Gudin (1967). Este artigo do professor Gudin, que tem um título extremamente significativo: “A Institucionalização da Inflação”, já antecipa os problemas com relação aos preços relativos inerentes à correção monetária.

Mas Gudin e Simonsen representavam vozes isoladas naquela época. Isto porque até 1973 o modelo econômico brasileiro funcionou muito bem. A inflação caiu e o país registrou taxas de crescimento fantástica: uma média de 11% ao ano entre 1968 e 1973. Alguns fatores contribuíram para o esgotamento do modelo de indexação como tratamento gradual no combate à inflação. Em primeiro lugar, a diminuição do intervalo legal de reajuste salarial de 12 para 6 meses que elevou a inflação de 45% para 90% ao ano. Depois, a forte recessão de 1981, apesar de resolver o problema

¹⁹ O Decreto no 23.501 de 27 de novembro de 1933 proibia qualquer forma de indexação, enquanto a Lei da Usura, do mesmo ano, vetava juros nominais superiores a 12% ao ano.

das contas externas, não teve nenhum efeito sobre a inflação que se manteve no patamar de 100% ao ano.

Isto gerou um grande número de trabalhos tentando explicar o fenômeno de maneira não ortodoxa. Desenvolvendo as idéias de Simonsen (1970) e Pazos (1973), alguns artigos do final da década de 70 e início da década de 80 procuraram explicar o fenômeno partindo do princípio que as teorias convencionais não seriam suficientes para tal propósito. É neste momento que ganha corpo a idéia de inflação inercial desenvolvida de maneira simultânea na FGV em São Paulo por Bresser Pereira e Nakano e pelo grupo da PUC-Rio, especialmente Edmar Bacha, Francisco Lopes, André Lara Resende e Pêrsio Arida.

A idéia da inflação inercial era que ocorria um equilíbrio duplo. Quer dizer, se a inflação é inercial, é possível ter o mesmo equilíbrio real associado a uma inflação mais baixa. Daí o princípio básico de neutralidade, que permeava todas as regras da conversão monetária. O plano heterodoxo é um programa de estabilização de choque que tenta fazer, pela primeira vez na América Latina, uma política econômica consistente para diminuir a inflação a níveis próximos de zero com neutralidade distributiva. Congelamento de preços e salários, desindexação, reforma monetária, fixação da taxa de câmbio e “tablita” de conversão são conseqüências do princípio de neutralidade distributiva do choque heterodoxo (Lopes, 1984,b; Arida e Lara Resende, 1985; Modiano, 1987b; Ortega, 1989). Sem este princípio o programa seria um plano de choque, mas não heterodoxo.

Mas o congelamento de preços não se mostrou eficiente para resolver o problema. Surge a idéia de se criar uma moeda indexada. A URV, na realidade, já estava esboçada em Arida e Lara Resende (1986). O texto apresentado pelos autores em 1984, em Washington, trazia a idéia de uma ORTNização generalizada dos contratos. Quando todos os contratos estivessem indexados à ORTN, simplesmente a moeda seria mudada para ORTN. Essa é sinteticamente a trajetória das idéias sobre a inflação inercial que vão desembocar no Real, passando pelo Cruzado.

Como se pode observar pelas citações, não foram poucos os trabalhos produzidos no Brasil sobre esse assunto. A questão é saber se eles apenas reproduziram idéias já elaboradas fora do Brasil ou se é uma produção original, que tem o peso de uma nova teoria. Mais uma vez os economistas brasileiros não estão de acordo a esse respeito.

Os economistas da geração mais antiga, tanto os heterodoxos quanto os ortodoxos, tem uma opinião parecido sobre esse assunto. Não vêem nenhuma nova teoria brotando dos trabalhos sobre inflação inercial. Celso Furtado, o patriarca dos economistas brasileiros, considera que a inflação inercial é um subproduto do conceito de inflação estrutural, criado pelos cepalinos. Segundo ele “não existe inflação inercial por conta própria. A inflação brasileira, todo mundo sabe, é um conflito distributivo de renda. O governo foi sempre um beneficiário dessa inflação, pois não tendo meios de se auto-financiar adequadamente, não tendo uma política fiscal adequada, apelava para a inflação. Eu estava fazendo um cálculo, vendo que a inflação rendia 6% do produto nacional, limpo, de lucro, e desses 6% quase metade ficava na mão do governo, quer dizer que era o maior imposto que se cobrava no Brasil. Já a inflação inercial é um subproduto da indexação, porque você não encontra inflação inercial nos outros países, só onde existe indexação. Porque com a indexação você pode prever a inflação, então você podendo prever, você pode planejar também a inflação futura, portanto está transformado em uma necessidade, porque ninguém quer ficar atrás, “já sei que os preços vão aumentar mesmo, então tenho que aumentar os meus”, e tem-se uma inflação inercial, que é criada por ela mesma. Se a credibilidade volta, ela se dissolve, desaparece. A inflação clássica brasileira, de 30% ao ano que temos hoje, é a que eu conheci sempre, e que resulta das inflexibilidades estruturais da economia brasileira. Então, essa é uma inflação que reflete as tensões normais da luta pela distribuição da renda, a necessidade de baixar salários de uns, é o conflito distributivo clássico. A inflação inercial sozinha não precisa de uma explicação, ela só existe como subproduto. A inflação é criada pelas tensões distributivas, e é neutralizada pela inflação inercial. Eu me recordo quando escrevi a “Formação Econômica”, já pensava sobre esse problema. Então eu

digamos lá, em certo momento, sobre a inflação neutra, a inflação que não tem efeitos maiores, que é totalmente neutralizada, seria uma inflação inercial perfeita, que é a inflação neutra, que não muda nada, fica tudo igual. Aí você pode mudar em um instante se mudar a moeda, que foi o que eles fizeram, digamos assim, você muda a moeda, você muda a inflação, o milagre do Real foi esse.”²⁰

Roberto Campos acha um grande exagero chamar essa produção de teoria. “Na realidade, o que a correção monetária em princípio faz é meramente registrar a inflação passada, é um termômetro. Você achar que o termômetro produz a febre é uma ligeira confusão. O que provoca essa impressão de que a correção monetária é causa da inflação é que a correção monetária se torna uma coisa perversa, porque os agentes econômicos postulam a continuidade da política do governo. Se o governo tem hábitos de financiamento inflacionário, o agente econômico projeta para o futuro esse comportamento do governo. Então é o comportamento do governo, muito mais do que a correção monetária, que provoca a inflação. Na realidade, entre 1964 e 1973 a inflação baixou enquanto se expandia a aplicação do instituto da correção monetária. Ou seja, a correção monetária até ajudou a combater a inflação, porque permitiu poupança, permitiu contratos de longo prazo e evitou que o cidadão embutisse nos seus contratos salariais, ou de fornecimento, a inflação futura. Friedman, por exemplo, advoga que isso é a coisa mais racional possível...”

Delfim Netto é mais categórico ao descartar a hipótese de teoria. Ele diz que “essa idéia é velha, está no Friedman, está em qualquer lugar. Na verdade, dizer que a inflação do momento t , depende ou tem ligações com a inflação do momento $t-1$, é evidente. Mas isso nem sequer constitui uma teoria. O nível de preços depende da taxa de crescimento do salário, menos a produtividade. Mas o salário em t depende do crescimento da inflação em $t-1$, que é o *backward*, a visão para trás. Logo, a inflação em t é igual a alguma coisa parecida com a inflação em $t-1$ menos a produtividade. Meu Deus, se isto aqui for teoria, minha vó era bonde elétrico, e

²⁰ As citações feitas daqui para frente foram extraídas das entrevistas do *Conversas com Economistas Brasileiros* e das entrevistas feitas na pesquisa seguinte.

urubu é boeing 770, que ainda não saiu. Onde é que está o charme, a retórica desta idéia? Porque você constrói uma explicação fantástica. Isso já estava num livro da ANPES que deve ser de 63, 64, nem me lembro²¹. Isso não constitui uma teoria. Um dos fatores era o déficit orçamentário quando monetizado. Explicar teoria é explicar porque esse déficit existe e porque ele tem que ser monetizado. Esse era o esforço do trabalho da ANPES. Esse déficit existe porque existe realmente algum mecanismo de contradição distributivo. O governo faz déficit porque ele acredita que vai atender ao seu eleitorado. Qual é o primeiro dever do governo? Continuar governo. O déficit é produto de algum tipo de contradição distributiva. E por que ele tem que monetizar? Simplesmente porque não tinha um mercado financeiro desenvolvido, ou porque depois ele começa a dar um cano aqui, um cano ali, e a sociedade se recusa a financiá-lo por outro caminho. No fundo é a visão meio primitiva que está aí mesmo. E é óbvio, se eu controlar o salário nominal, pode ficar tranqüilo que não tem inflação.”

Mário Henrique Simonsen, que é considerado por muitos como um dos primeiros economistas brasileiros em utilizar o conceito de inflação inercial, não vê também grandes novidades em termos de teoria. E o combate a inflação inercial também já estava contemplado a tempos. Apenas não encontrava condições políticas de realizá-lo. “Eu me lembro que falei muito sobre o problema da necessidade de desindexação quando estava no Ministério da Fazenda, mas qualquer pequena medida que eu tomasse encontrava uma brutal reação dos políticos, da opinião pública. Quer dizer, ninguém, na época, tinha percepção de que, com uma economia amplamente indexada, era inteiramente dar murro em ponta de faca querer aplicar a receita ortodoxa do Fundo Monetário. Em primeiro lugar, você nunca conseguiria fazer uma política monetária contracionista, depois você teria que elevar a taxa real de juros ao infinito. Em segundo lugar, você teria sempre poucos dividendos anti-inflacionários e muitos dividendos recessivos nesse tipo de política. Isso para mim era visível já no meio do governo Geisel, se não no princípio do governo Geisel.

²¹ Vide, por exemplo, Delfim et al (1965) *Alguns aspectos da inflação brasileira*.

Escrevi muita coisa na época a esse respeito. Agora, de um modo geral, a sociedade e a academia brasileira também só se conscientizaram da necessidade de desindexar após esse período.”

Affonso Celso Pastore também não acredita em teoria da inflação inercial. “Em primeiro lugar, não há uma teoria da inflação inercial, no meu modo de ver. Existe um fenômeno de inércia, mas se você pensar o que é inércia, vai descobrir que é uma coisa muito interessante. Em primeiro lugar, inércia não foi criada pelo André nem pelo Pêrsio, inércia é um fenômeno de *low frequency*, em séries temporais. Todas as séries temporais que tem movimentos de baixa frequência dominantes, são séries que têm inércia. Se você for buscar isso lá atrás, em 1966 tem um trabalho importante de um sujeito chamado Clive Granger, publicado na *Econométrica*, chama “The Typical Spectral Shape of Economic Variables”. Ele mostra que a maior parte das variáveis econômicas, como produto, emprego, salários, nível de preços e taxa de inflação, têm densidade espectral concentrada nas frequências baixas...

Isso é inércia. A taxa de inflação do Brasil tem AR positivo baixo, a taxa de inflação nos Estados Unidos, no Japão, na Inglaterra e na Alemanha, tem AR positivo baixo. Se você olhar as funções de auto correlação, em qualquer um desses países, você vai achar em todos eles um movimento de *low frequency*. Olha as funções de auto correlação, nos Estados Unidos, no Japão, na Inglaterra, na Itália, todos tem uma enorme inércia, certo? Agora vem para o Brasil, nós estamos falando de 10, 20, 30, 40% por trimestre, de 500, 1000, 1500%, por ano. Por favor, olha a função de auto correlação da Itália e olha função de auto correlação do Brasil, veja se você acha alguma diferença. A inércia que tem aqui tem lá, que é a inércia produzida pela auto regressividade. Será que nós inovamos alguma coisa com isso?

Quando nos Estados Unidos, ou na Alemanha, ou na Itália, ou no Japão, ou em qualquer país, você dá um choque na taxa de inflação, esse choque produz um crescimento da inflação. Um choque de uma má oferta agrícola, sobe e aí vai

caindo, caindo e se dissipa. Trabalha com séries temporais, estima os modelos, os armas, estima eles todos e vai para a componente móvel do modelo, estima como o choque se situa no modelo. Quer dizer, você dá um choque de magnitude um, ele demora dez, quinze, vinte trimestres, mas ele se dissipa nos Estados Unidos, na Alemanha, na Itália, no Japão, com sistemas de dissipação de velocidades muito parecidas. Quando no Brasil você dá um choque, o choque vai lá em cima e não se dissipa, ele se incorpora na taxa de inflação. Aí descobriu uma diferença. Mas isto é *Trends and Random Walks in Economic Variables*, é literatura de fora, lá atrás. Isso não está no André, não está no Pérsio, isso é literatura americana, não é brasileira, não é *break-through* de economista brasileiro. Estou tentando é fazer o meu ponto, dar o exemplo para vocês. Por que isso acontece?

Os inercialistas dizem: “a inércia é produzida pela indexação”. Bom, a inércia é produzida pela rigidez de preços. Qualquer mecanismo que introduza rigidez de preço produz inércia de auto-regressividade. Todos os países têm rigidez de preços, lá e cá, por que lá dá o choque e dissipa e aqui dá o choque e não dissipa? Tem alguma coisa lá que produz a dissipação e tem alguma coisa aqui que produz a persistência do choque. Pega o modelo onde tem a rigidez de preço, um tipo de rigidez de preço, que é ou indexação ou expectativa adaptativa, deixa o governo operar fixando a taxa de juro, portanto tendo moeda passiva. Quando isso acontece, aparece a raiz unitária, que gera aquele fenômeno de persistência. Quando você fixa moeda e não fixa taxa de juro, o governo produz alguma força que produz a dissipação, desaparece a raiz unitária, sempre.

Eu estou dizendo o seguinte, inércia é também fenômeno monetário. Onde eu vou buscar essa idéia? Aqui no Brasil? Não. Lá fora, só. Isso aqui está tudo na literatura, isso não tem uma inovação em cima da literatura.

O que tem de interessante nisso é a idéia de que você pode escorregar sobre uma curva de Phillips vertical quando você tem uma inflação muito alta. Quer dizer, se você tiver esse processo todo de indexação acumulado com passividade monetária,

you can do exactly what was done in the Real Plan: index everything. Thus I interpret the URV. The URV is a process through which you separate two functions of the currency completely: the function of medium of payment you leave, the instrument of exchange continues to be, which was the real cruzeiro, and the function of unit of account, of indexator, of unit of reference for contracts, you play it all in for the URV. Pushes all contracts to this unit, the contract for labor, exchange, gasoline, the prices of goods, everything with daily adjustment, synchronizes everything. Removes the processes of *staggering*, of *over-lag*, of defasagem.

But this process can only be used as a transition. The second stage is the stage in which you reunify the functions of the currency, when you reunified the functions of the currency, you created an asset called Real, which is an asset that in the end became now the unit of account and the medium of payment. In that the unit of account stopped being the indexed asset, passed to be the asset with fixed nominal value, you produced the deindexation of the economy in that act.

The Real Plan was that. If you go through the literature you will find, you get everything that Stanley Fischer wrote, everything that Diona Gray wrote, everything that Mário Henrique wrote, that comes from 73 onwards. All the contribution of the new Keynesians about the mechanisms of rigidity, including the *staggering* of John Taylor, these questions of inertia in price, of Olivier Blanchard, the literature is stuffed with this, stuffed! All the contribution of the new Keynesians is this. As the first stage of exit from a large inflation, you can use this type of artifice (the indexed currency), which I think is a well-conceived, ingenious artifice.

But this is different from stabilizing the economy. Now we have another problem, the management of monetary, fiscal and exchange policy, to maintain stability. It is not the Real Plan, it is classical economic policy. The inertia can be remounted in the process, there is no doubt. If you continue with the high interest rate and passive currency, you will recreate everything, you will destroy any adjustment, any fiscal effort that is made. You will privatize the companies and be left with the asset. You will reconstruct the liability

porque vai trazer a dívida de novo, vai gerar um problema com a oferta agregada e vai continuar valorizando o câmbio...”

Edmar Bacha, como já vimos, não crê em nenhuma contribuição para a teoria econômica dos economistas brasileiros. No máximo ele admite intervenções criativas de política econômica. “Eu tenho uma visão muito crítica, acho que não tem muito pensamento econômico a ser recuperado aqui no país, para ser franco. Acho que tiveram intervenções de política econômica, que é parte da história da economia do país, mas em termos de grandes desenvolvimentos analíticos acho que não. *Nem a teoria da inflação inercial?* Olha, se você ler o Tobin²², está tudo lá. Uma vez eu perguntei para o Tobin de onde veio a palavra inercial, ele falou: “Isso é uma coisa tão óbvia!”, então nem ele se considera como gerando nada. Os livros do Simonsen²³ dos anos 70 incorporam isso, mas não acho que seja uma grande inovação.

Francisco de Oliveira é categórico em afirmar que “não há teoria inercial de inflação coisíssima nenhuma. Essa coisa de teoria inercial da inflação é uma espécie de eterno retorno. E a teoria inercial da inflação, ao meu modo de ver, é uma teoria que trabalha com o conceito de memória, quer dizer, as pessoas, as firmas, os consumidores, trabalhadores tem uma memória da inflação, não é? E essa memória da inflação que perpetua a inflação. Acho isso teoricamente muito pobre. E não sei, até hoje estou para descobrir porque que eles dizem que são herdeiros da tradição estruturalista. Sobretudo, alguns deles, como o Bresser, herdeiros do Ignácio Rangel. Eu não consigo ver a ponte entre o estruturalismo da Cepal e mesmo de Ignácio Rangel, com a teoria da inflação inercial. **O que eles alegam, principalmente o Bresser, é a idéia da moeda endógena ao contrário dos monetaristas, não é? Então que o elemento importante para esquecer o momento paradigmático, para dizer, nas palavras do Bresser, seria essa compreensão da endogeneidade da moeda que está no Rangel.** Essa compreensão

²² Veja, por exemplo, Tobin (1972) “Inflation and Unemployment”.

²³ Simonsen (1970) *Gradualismo versus Tratamento de Choque*.

da endogeneidade da moeda ...na verdade tem dois pais, não é? Como nós sabemos, um deles é Marx e o outro é Keynes. Portanto eles deveriam ser um pouco mais ousados e dizer que, na verdade, são herdeiros de Marx e Keynes. Porque o que Rangel fez na verdade, com a teoria da moeda endógena que esta nos trabalhos dele, sobretudo no *Inflação Brasileira*, que é um grande livro, é esse achado de combinar Marx com Keynes. Mas eu não acho que há teoria de moeda endógena nenhuma na teoria da inflação inercial. Há uma teoria que é de memória. Essa endogeneidade alegada vem pelo fato de que os agentes guardam na memória: os efeitos dos preços, os efeitos... Isso é um desserviço à teoria da inflação endógena. E é um desmentido, na verdade, da teoria da moeda endógena. Por que um desmentido da inflação da moeda endógena? Porque a moeda em Marx é endógena devido ao conflito de classes. Ela não é endógena por outra razão, quer dizer, o processo de criação do equivalente geral só se converte em equivalente geral na medida em que a mercadoria e a força de trabalho entra no processo da acumulação do capital.

Ora a teoria da inflação inercial não tem nenhum rastro desse tipo. Quer dizer, confessar-se estruturalista apenas porque declara que a moeda é endógena, não é nada. Não é nada se não for atrás da pista teórica mais radical que é ver porque é que se constitui num equivalente geral. Que é o que está em Marx. Então endógena por declaração de princípio. Na verdade ela (a teoria da inflação inercial) é um desmentido à teoria da inflação da moeda endógena porque não vê a moeda como conflito. Vê a moeda apenas como signo, não é? O que ela também é. Mas ver como signo apenas não é realmente ter uma teoria de moeda endógena, a meu modo de ver. Por isso a mim me surpreende muito porque que se declaram estruturalistas e herdeiros da tradição estruturalista.

Do ponto de vista operacional, esses autores (André Lara Resende, Pésio Arida, etc) conseguiram de alguma maneira produzir uma abordagem que conseguiu debelar o processo inflacionário. Isso significa que não é preciso ter uma grande teoria para fazer uma operação eficiente do sistema capitalista?

Ou a La Friedman, os pressupostos não são muito importantes. No pragmatismo importa o resultado?

É a chamado economia monetarista de resultados. Talvez essa seja uma ironia. Não é preciso ter uma grande teoria para fazer política monetária. Na verdade não se trata de não ter uma grande teoria. É preciso ter uma grande moeda para poder ter esse efeito. Então, a teoria aí vale menos do que a moeda. A moeda é a moeda na qual você se ancora. É preciso ter uma grande moeda para fazer essa operação, quer dizer, é preciso ter uma moeda hegemônica capaz de fazer essa operação. Eu acho que é isso.

A teoria inercial lembra o êxito para matar carneiro, como brincava a Joan Robinson com muita graça: “- Você mata qualquer carneiro com 99% de bruxaria e 1% de arsênico”. Você mata qualquer inflação com 99% de pretensão teórica e com 1% de uma moeda forte, que é a moeda no qual você se ancora. Como é o processo brasileiro, o processo argentino. Você tem uma moeda forte que faz as vezes da moeda interna, não é? Você tem os produtos externos como polícia dos preços internos. No fundo, a meu modo, achado é esse. Eu não acho que constitua nenhuma grande façanha teórica. Constitui uma façanha prática, ideológica e política formidável, mas teórica propriamente eu não acho.”

De acordo com Maria da Conceição Tavares, o conceito de inflação inercial não foi desenvolvido pelos economistas brasileiros. De fato o Mário Henrique Simonsen “foi o primeiro brasileiro a propor uma pactuação autoritária da inflação com o resíduo autoritário expectacional. Isso sim ele foi, mas não teorizou sobre o assunto. Quanto a inflação inercial, é indiscutível que, dos originários da PUC, o primeiro a propor um modelo teórico foi o Chico Lopes (1984), por isso ele se considera o pai da inflação inercial. O Mário inventou uma fórmula, não teorizou nada. Ainda em relação a inflação inercial, teve o Felipe Pazos, que é cepalino de origem, por isso é que ele a chamou de abordagem neo-estrutural. E teve o argentino, o Robert Frenkel, que estava na PUC como professor visitante. O artigo de Frenkel é de 1979

e do Felipe Pazos é de 1972. Eles não se consideram pais de nada, apesar de pioneiros, mas todo mundo aqui se apropria das idéias alheias.” Portanto não se trata de uma criação local mas da apropriação de um conhecimento que vinha sendo elaborado por outros autores.

João Manuel foi extremamente sintético em sua resposta. Disse que “na melhor das hipóteses uma descrição de fatos”.

Fernando Holanda Barbosa não vê uma grande contribuição teórica nos trabalhos sobre inércia. Segundo ele “até o nome não é brasileiro, veio do Tobin. A taxinomia que o Tobin fez num livro de várias contribuições, editado, se não me engano, por um economista israelense. A inércia está presente como eu disse em todos os modelos econométricos.

Eu acho que houve uma contribuição, mas não do pessoal daqui da PUC-Rio, mas ao próprio Simonsen. Eu acho que os economistas do Plano Cruzado aprenderam que um programa puramente ortodoxo levaria muito tempo para ter resultados e que numa política heterodoxa de combate à inflação necessitaria de uma componente para ajudar a inércia. Essa foi a função da política salarial.

Agora, esse assunto já está discutido na literatura mundial com o nome de “incomes policies”. Quer dizer, vários tipos de política de renda nos Estados Unidos. A própria idéia de que a inflação de hoje depende da inflação de ontem. A idéia aceleracionista que está justamente no artigo clássico do Friedman.

Então, o pessoal aqui levou essas idéias a um radicalismo exagerado. Quer dizer, as pessoas disseram que a inflação no Brasil é um mecanismo de catraca. A inflação hoje sobe porque a inflação de ontem subiu. E vai continuar subindo porque a inflação se reproduz. Quer dizer, a inflação inercial é dizer apenas que a inflação se reproduz nela própria. E você pergunta: Como é que ela começou? Qual a origem desse processo? Só a reprodução? Não tem um início? Como é que ele acelera?

Então acho que essa discussão brasileira talvez vá muito mais além. Tem pessoas que contribuíram nessa tradição. O Inácio Rangel por exemplo. O Inácio Rangel ele foi mais perspicaz que muitos economistas da teoria inercial porque ele percebeu o que os economistas inerciais não tinham percebido, que havia um imposto inflacionário. E ele defende um argumento de que a existência de um imposto inflacionário leva o governo a aumentar as suas despesas. Então, o déficit público é criado porque existe inflação, a inflação cria receita para o governo e então, o governo tem que gastar esse dinheiro. Essa é a idéia do Inácio Rangel dizendo que o sentido da causalidade seria da inflação para o déficit público e não déficit público para a inflação.

Eu acho que essas hipóteses todas dão uma idéia de passividade da moeda. Primeiro precisa ser estudada no contexto histórico. São as instituições, os mecanismos, eles vão te dizer o que é que está ocorrendo. Não é só a teoria. Muitas vezes, você tem, como no caso brasileiro, algum mecanismo de catraca que ia dos preços para o déficit e do déficit para os preços. A catraca tinha que ser cortada ali. O Banco Central emite, a inflação aumenta, o governo aumenta os seus gastos em termos nominais e esse processo vai continuamente. Se você não cortar essa catraca, certamente você não ia ter sucesso no programa de estabilização.”

José Scheinkman crê que a idéia de inércia inflacionária não é nova, mas admite que os pensadores brasileiros desenvolveram uma certa teoria a esse respeito, mas que ainda deve ser desenvolvida, uma vez que apresenta inúmeras lacunas. Por exemplo, na pouca ênfase atribuída à questão fiscal. Ele acha que até agora a teoria existente não capta como a inflação se comporta na prática. Portanto a teoria ainda não é satisfatória. Ou seja, a questão é saber “se existe uma conexão entre como a teoria gera essa inflação inercial e os aspectos da inflação inercial. Como a inflação inercial se comporta. A maneira como a inércia ocorre, tem que corresponder grosso modo ao que se vê nos dados. Eu acho que esse trabalho ainda não foi feito. No fundo, a idéia de inflação inercial, mesmo que verdadeira, foi usada exageradamente no Brasil. Eu costumava dizer que as pessoas acham que a inflação está na cabeça

das pessoas. A inflação não está na cabeça das pessoas. Tanto que não estava. Hoje a gente entende muito bem que estava no déficit do governo, estava na política monetária, estava numa porção de coisas.

Muita gente acha que a URV é que fez a mágica. Outra gente acha que foi a credibilidade. De fato, a credibilidade que o governo tinha em termos de reformas, em termos de diminuição do déficit fiscal. Evidentemente, foram feitas várias coisas no período do Plano Real: o governo acelerou as privatizações com êxito, propôs reformas sérias, algumas que ainda não foram aprovadas, outras foram e chega num ponto em que realmente o lado fiscal passa a ser crucial. Eu acho que, no fundo, eu acredito bastante nisso. Eu acho que o lado fiscal é bastante importante. Agora o que existe na minha opinião é uma teoria pouco satisfatória sobre todos os aspectos da inflação, em todos os aspectos da estabilização. É uma coisa que a gente conhece pouco.”

Gustavo Franco reconhece a importância dos trabalhos sobre inércia inflacionária mas não vê aí a construção de uma nova teoria. A especificidade da inflação em cada país exige contribuições locais para decifrá-la. Nesse sentido ele considera que “a nossa experiência inflacionária é, em muitos aspectos, incomum. Tendo examinado outros países, eu tendo a pensar que todas as experiências são incomuns de alguma maneira porque o fenômeno é muito condicionado pelas instituições locais.

A nossa experiência é incomum e portanto contribuições locais tiveram que ser produzidas para entender melhor o nosso problema. Aproveitamos muito pouco aqui da sabedoria internacional americana, digamos assim, dominante sobre inflação. Então, tivemos várias contribuições originais nesse campo da inflação. A contribuição que os economistas brasileiros deram foi essencialmente de fazer a ponte entre a sabedoria do *mainstream* construída em torno da experiência de curva de Phillips e da inflação americana dos anos 70. A ponte entre a nascente noção de expectativas racionais com o aparato institucional brasileiro e a experiência

inflacionária brasileira. Aí, eu vejo tanto no Chico Lopes quanto no André Lara, tanto quanto no Eduardo Modiano, que foi, na verdade, deles o que mais ativamente trabalhou em replicar os resultados de curva de Phillips no Brasil . E daí que veio essa redescoberta de todo mundo, de todos os países que tem inflação, que é a correlação da inflação de um mês com o mês anterior. Esse fenômeno da memória que aqui veio acionar a inércia. Não é uma grande invenção, mas não deixa de ser importante quando o país começa entender melhor como é que funciona o processo. Como é que ele se reproduziu através do Estado.

Pode-se falar numa teoria da inflação inercial?

Acho que não. Não chega a ser uma teoria.”

Para Barros de Castro não existe exatamente uma teoria da inflação inercial. O que houve foi a geração de algumas idéias interessantes sobre os mecanismos da inflação brasileira, que se traduziram num mecanismo pragmático muito eficiente de combate a inflação. No mais Barros de Castro até vislumbra uma contradição entre a teoria e a prática da inflação inercial. Segundo ele as principais hipótese da tese inercialista revelaram-se infundadas. Vale a pena reconstituir o seu raciocínio. Barros de Castro diz que “o grande avanço acerca da inflação se deu no Brasil, com o livro *Inflação, Gradualismo ou Tratamento de Choque* do Mário Henrique Simonsen, de 1971. A seguir, no livro *A Nova Economia Brasileira* do Mário Henrique com o Roberto Campos, há uns 2 capítulos admiráveis, mais uma vez do Mário Henrique sobre o regime inflacionário brasileiro e suas instituições. É um capítulo de institucionalista. Mário Henrique no seu enorme ecletismo era também um institucionalista.

O livro do Chico Lopes sobre o *Choque Heterodoxo*, que trata mais extensamente da questão da inércia, não me parecer ir além das idéias do Mário Henrique, francamente falando. Pode, em algum detalhe, colorir um pouco as idéias, mas é exatamente o esquema do Mário Henrique.

A idéia realmente singular provém de um artigo do Pêrsio Arida, em que ele sugere que se simule uma alta inflação e o emparelhamento de preços relativos que se dá espontaneamente na hiperinflação e se simula através de uma segunda moeda. A força dessa idéia é espantosa e coube ao Plano Real aplicá-la com espetacular êxito no episódio da URV. As idéias do Bresser desenvolvem um pouco a questão da inércia sob o ângulo do conflito distributivo e tem páginas interessantes.

Realmente, o que fica de mais curioso em tudo isso é que, tirando-se a idéia do Pêrsio e logo a seguir do Lara sobre as duas moedas e a simulação da hiper através da indexação plena, tirando essa coisa, o curioso que no mais o Plano Real é um plano tocado pragmaticamente, ele não tem fundamentação alguma. A idéia da URV contém obviamente uma intuição genial, fora isso para frente é pragmatismo rasgado. Inclusive, em contradição frontal com o discurso dos pais do Real. Por exemplo, nada mais distante da prática do Real do que aquilo que o Bacha disse que era a essência do Real no artigo da Revista do BNDES. Por exemplo, a premissa da estabilidade seria a eliminação do déficit fiscal. Apenas mascarado pela alta inflação.

Ora, o que aconteceu foi exatamente o inverso no sentido de que em 94 para 95 o governo expandiu brutalmente o seu gasto de muitas maneiras e teve um comportamento desastroso do ponto de vista fiscal. E no entanto venceu a inflação. É impossível um contraste mais claro. Na mesma maneira que se enfatizava e, aliás, o Bacha, na comemoração de 2 anos de Real, enfaticamente assinala que o câmbio absoluto não era problema. E, aliás, nem caberia mais preocupação com o déficit comercial porque ele havia simplesmente desaparecido e por conseguinte, essa era uma questão pacífica, não era objeto de preocupações. Antes da tinta secar, o déficit já estava rosnando alto e teve um comportamento avassaladoramente crescente até vir a se tornar o ponto focal da economia em 97. Mais uma vez para ver o desencontro completo. A Revista Macrométrica (do Chico Lopes), nas suas previsões para 97, dizia em maio de 96 que um déficit comercial da ordem US\$ 4 bilhões em 97, seria o cenário mexicano. Uns poucos meses de 97 bastaram para

gerar esse tal cenário mexicano e rapidamente as interpretações se moveram em direção contrária e passou-se a considerar uma vitória um déficit de US\$ 10 bilhões. Então, a realidade tem judiado das previsões governamentais e o Plano, do ponto de vista antiinflacionário, contra tudo e contra todos, tem tido mais êxito que qualquer um podia prever. Se você perguntasse a mim ou ao Delfim ou a qualquer outro no governo o que seria a inflação de 97, nenhum de nós suporia que seria tão baixa quanto veio a ser.

P.: Nem o pessoal do governo ... ABC: Em particular, o governo pensava numa inflação, se não me falha a memória, da ordem de 8% para 97 e veio dar uns 4,5%. Eu tenho que conferir isso, mas, certamente, o governo sobrestimou. Estendendo isso para outras questões, vê-se que se há um tema rico a ser explorado. É o tema das surpresas do Real, das lições do Real. Por exemplo, o pessoal que colocou o dedo na ferida do câmbio desde o início, que acertou com isso plenamente. Esse agrupo não sabe absolutamente explicar como é que você pode de repente abrir mão da âncora cambial, desvalorizar o câmbio a 7% e a inflação baixar para 4%. Nenhum de nós sabe explicar isso. É claro que tem a ver com a política monetária a taxa de juros etc. Mas nada disso estava previsto. E todos estamos aprendendo muito.”

Defendendo a tese oposta a essa de Barros de Castro, Luiz Carlos Bresser Pereira considera os trabalhos sobre inflação inercial uma contribuição teórica importante dos economistas brasileiros. Ele admite que o conceito de inflação inercial não é novo. Segundo ele “a palavra inércia começou a aparecer por aí e eu achei melhor adotá-la porque já tinha alguns americanos que haviam usado. Só mais tarde eu vim descobrir quem era realmente o autor da idéia. Nós descobrimos por nossa conta, Nakano e eu em São Paulo e na PUC, Pérsio, André, Bacha e Chico Lopes, talvez o Modiano também, no Rio. Mas já havia alguma coisa feita anteriormente, e o grande iniciador disso realmente é um economista cubano chamado Felipe Pazos que em 1972 publicou por uma editora americana, um livro chamado *Chronic Inflation in Latin America*, que ninguém tinha lido, não sei porque. Era um *hard cover*, que eu li

só no final da década de 80. Lá não tem muita teoria mas tem basicamente a idéia da inflação inercial. E eu acho que o Mário Henrique Simonsen também foi um pouco um pioneiro quando desenvolveu a idéia da realimentação, mas ele tentou combinar a realimentação com o monetarismo e com o keynesianismo e ficou uma salada. Mas a idéia era muito boa.

A teoria da inflação inercial foi um grande avanço teórico, certamente a coisa mais importante que os brasileiros fizeram em macroeconomia. Batia com a teoria estruturalista do Ignácio Rangel apenas em uma coisa: a moeda era vista como endógena, isso é fundamental. Mas o próprio Ignácio Rangel não conseguiu entender a inflação inercial, que era um passo adiante.”

Para João Sayad “a teoria da inflação inercial é um grande achado. O campo do Delfim deve protestar que não é teoria da forma como se ensina teoria marxista, teoria da relatividade, a teoria do princípio de correspondência, mas é uma teoria. Que tem idéias muito interessantes: primeiro, é que há o reconhecimento teórico, que na prática estava posto, vamos dizer assim, da impossibilidade de você combater a inflação no Brasil reduzindo os preços competitivos.

Agora o brilhantismo, a genialidade da idéia dos dois (Pérsio Arida e André Lara), eles afirmaram - se não afirmaram - eu afirmei a partir deles que com inflação inercial existia uma outra moeda. O problema da inflação não é um problema de uma moeda. É o problema de uma moeda sendo substituída pela outra. Então você fala: “- a hiper-inflação na Alemanha acabou com o marco”. Como é que é isso, “acabou com o marco”? Acabou com o marco e dolarizou a economia. Então a inflação é um problema da outra moeda. **E no nosso caso, da indexação, o problema da inflação é em cruzeiros?** É. Porque você tinha uma moeda rota, quebrada estruturalmente como sempre acontece. Uma moeda que era meio de valor e outra que era unidade de compra, que era os índices, que empurravam o cruzeiro cada vez mais para longe. É essa a forma de ver a inflação. E os caras da indexação, o André e o Pérsio, tiveram um conjunto de idéias brilhantes, que é a teoria da

hiperindexação. Daí eles propuseram a solução. Qual é a solução? É controlar a substituição da moeda velha, que é o conjunto de índices para empurrar todo mundo para uma moeda nova. **Como passar por uma hiperinflação sem os ônus de uma hiperinflação?**

É. Ou seja, fazer a indexação perfeita, que é a idéia do cruzado e também a idéia do Chico Lopes, só que o Chico Lopes, vamos dizer, puxa o tapete de uma vez só e agora está aqui o tapete novo, (risos), que é o choque heterodoxo... e o Pêrsio e o André vão puxando devagarinho, quando você vai ver você está pisando num tapete novo. A questão é saber se você consegue fazer essa inversão...”

Paulo Singer vê nos trabalhos sobre inflação inercial uma contribuição importante, se bem que não necessariamente uma nova teoria sobre inflação generalizável para outros lugares. Mesmo discordando da postura teórica dos inercialistas Singer acha que “eles nos ensinaram uma coisa extremamente importante. O papel do conflito distributivo no processo inflacionário. Quer dizer, realmente eles deram um enorme passo adiante ao tirar a discussão da questão monetária. A tese da inflação inercial é nitidamente uma tese de economia política. A política está fortemente presente. Toda a idéia da inércia vem de uma indexação pública, política, governamental etc. E eles esterilizam isso dentro de um quadro neoclássico, em que a política é simplesmente excluída. É colocada entre parênteses. O André Lara Resende e o Pêrsio Arida são inteligentes, e percebe-se que eles fazem uma análise de economia política, em que a política está atrás. Mas ela não é explicitada em nenhum momento. E eles tentam enquadrar essa visão dentro de um quadro teórico puramente neoclássico. Ou seja, quando eles escrevem sobre a economia brasileira na véspera do Plano Cruzado - você vê uma grande aplicação prática depois. Dá-se a contribuição teórica. Eles tentam mostrar que a economia está equilibrada e portanto pode dispensar a inflação. A inflação tornou-se dispensável e portanto é muito simples acabar com a inflação. E estavam certos.

Houve circunstâncias específicas, porque o Plano Cruzado, a primeira tentativa fracassou. Mas o Plano Real deu certo. O Plano Real é mais fiel ao modelo Larida do que o Plano Cruzado. Não há dúvida quanto a isso. E a facilidade com que se deu, afinal de contas, a estabilização em 94, surpreendeu. Ela é uma brilhante confirmação do *insight* teórico da inflação inercial. Cada inflação era 90% realmente inercial. Por isso que deu muito menos recessão que se temia e eu mesmo temia bastante. Agora, eu tentei trabalhar muito nos anos 80 em cima de uma teoria de economia política da inflação. Escrevi muito sobre isso, tentando usar um ensaio da inflação inercial, a meu modo.

Eu acho que não há uma teoria geral da inflação. Não faz o menor sentido. Inflação é um desequilíbrio dinâmico de demanda e oferta agregados que leva a um processo de movimento contínuo de preços, que se auto alimentam a partir de um certo ponto e podem ter as mais diferentes origens. Então, dizer que a inflação é sempre devido a excesso de gasto público é um viés ideológico. Flagrante, a meu ver. Dizer que é sempre o resultado de lutas de classes é outro viés ideológico. Cada processo inflacionário histórico tem que ser estudado nos seus próprios termos.

Então, eu acho que essa abordagem político econômico histórica da inflação é melhor do que as abordagens alternativas, das quais a mais importante evidentemente é a monetarista que diz que pouco importa a origem da inflação pois só tem um jeito de acabar com ela, que é cortando a parte pública da demanda efetiva.

Porque você faz restrições à teoria da inflação inercial, que, como acabou de dizer, faz toda uma reflexão sobre conflito distributivo? No prefácio que você faz do livro *O Heterodoxo e o Pós-Moderno: O Cruzado em Conflito*, da Leda Paulani, do Roberto Messenberg e do Amaury Bier de 87 você coloca essa divergência em relação a teoria da inflação inercial.

Bem, o que critico na teoria da inflação inercial, do jeito que ela foi desenvolvida pelo Pécio Arida, André Lara Resende, mais do que pelo Bresser e pelo Nakano, é o caráter exclusivamente econômico. Eu não consigo aceitar análises que não levem em consideração os elementos políticos que estão aí evidentemente presentes na análise. É impossível pensar numa inflação inercial sem pensar em todo o processo conflitivo de indexação. Por que é que não se tem um único índice para todos os valores da economia, mas tem **n** índices? A não ser o fato que se pretende exatamente redistribuir a renda mediante o processo de indexação. Essa distribuição de renda a favor dos exportadores, dos banqueiros ou contra os assalariados, não pode deixar de ser explicitada. É totalmente omitida nessas análises. Não aparece. Aparece um pouco no Bresser, no Nakano. Li um pouco nos outros. Essa é a minha principal divergência.

Eu trabalhava durante alguns anos muito próxima de duas pessoas que também pertenciam ao PT, eram simpatizantes, e que faziam parte, digamos, de uma equipe que eu liderava de economistas do PT. Um deles é o Antônio Kandir, ex-ministro do Planejamento de FHC. Eu trabalhei anos a fio com o Kandir e com o Gesner de Oliveira, que hoje é o presidente do CADE e a gente, enfim, interagiu muito. Nos nossos meses discutíamos trabalhos uns dos outros, lá no CEBRAP. E eu fiquei profundamente frustrado com a tese de doutoramento do Kandir, que acabou sendo premiada, porque é uma análise puramente econômica. Ele acabou retroagindo. Do meu ponto de vista há uma visão de inflação ligado a um processo específico de fragilidade financeira. Até ele pode ter razão. A inflação não é só isso.

Essa visão da inflação influenciou o Plano Collor?

Eu acho que sim. É bem provável que tenha influenciado. As minhas divergências, eu diria, com muitos colegas é precisamente a insatisfação com visões, digamos, estreitas do que é econômico e o direito que esses autores se dão e que não me dou de abstrair os outros aspectos porque eles não estão formalmente no plano econômico.

Você disse que a análise da inflação inercial, do Pésio Arida e do André Lara Resende foi muito pertinente, foi aguda, mas, ao mesmo tempo, possui as limitações de uma análise neoclássica. Mas, revelou-se uma análise muito operacional, que, afinal de contas, permitiu a contenção da inflação. Como se explica isso? Um plano de estabilização neoclássico, que omite o político, porém, é operacional e não é crítico?

Eu acho a sua colocação ótima. Eu não tenho muito a acrescentar. É exatamente isso. Uma coisa que eu aprendi na vida é que você pode partir de premissas teóricas falsas e encontrar resultados importantes. As tuas premissas teóricas são meramente o trampolim do qual você salta. Agora, o que você vai fazer no ar ... depende de você. (risos). Eu acho que você levantou uma questão interessantíssima a ser discutida. E, voltando especificamente ao André e ao Pésio. A grande idéia da teoria da inflação inercial está no aspecto monetário. Como eles deixavam os aspectos políticos para mim e para quem quisesse ... eles acabaram focando um aspecto interessantíssimo. Se você transformar o indexador em moeda, você pode, em tese, eliminar a inflação inteira. Essa idéia é revolucionária. Porque nós todos que mexemos com moeda, temos a idéia fixa de que o valor da moeda tem que ser constante. Quer dizer, a qualidade da moeda está na constância do seu valor. A boa moeda é aquela cujo valor não varia. Isso é básico no pensamento. É muito difícil você se desprender de um fundamento, invertê-lo, imaginar uma moeda que está mudando de valor todo dia e que tem o efeito estabilizador. Eu diria que isto realmente é uma grande contribuição.

Pegar o veneno da cobra e fazer um antídoto, não é?

É. Eu diria que realmente isto é uma inovação de tirar o chapéu.”

E assim vimos que Singer desenvolve uma argumentação semelhante a de Barros de Castro, ao reconhecer que a suposta teoria da inflação inercial apoia-se em premissas duvidosas ou mesmo falsas mas permitiu encontrar resultados

importantes, pelo menos nos mecanismos de combate a inflação. Certamente a inflação brasileira possuía forte dose de inércia, conforme diagnosticaram os inercialistas. Mas eles mesmos não acreditavam que a inflação pudesse ser vencida apenas com a plena indexação e a abertura comercial. Alguns contavam com a necessidade de reduzir o déficit público, conforme muito bem assinalou Barros de Castro. Daí a surpresa de todos, com a queda da inflação num ritmo maior do que o esperado e com déficit público crescente e desvalorização cambial em curso.

Francisco Lopes, um dos idealizadores da tese inercialista, considera que os trabalhos sobre inflação inercial resultaram numa contribuição teórica importante do pensamento econômico brasileiro. Ele diz que “a idéia de inflação inercial, foi um desenvolvimento intelectual importante. Na verdade, o processo de construir o entendimento inercialista da inflação não foi nada óbvio. Era algo que para as pessoas que falavam de política monetária e inflação era maluquice completa. Um negócio inconcebível. Inflação tinha a ver com moeda ou com multiplicador monetário.

Acho que o desenvolvimento da idéia reside no entendimento da natureza inercial ou do processo inflacionário. Eu diria que é uma teoria, no sentido de que qualquer teoria é uma caricatura da realidade e que está tentando realçar alguns pontos principais. E, aí, eu acho que a teoria da inflação inercial é uma teoria. A idéia de que a inflação é produzida pela própria inflação foi um *insight* importante. Foi algo trabalhoso de fazer. Se gastou muito neurônio com bobagens para ter um entendimento profundo.

Acho que algumas pessoas nunca entenderam realmente a sutileza da coisa e algumas pessoas acham que é óbvio. Mas toda boa idéia é óbvia depois de parida e trabalhada. Agora, não é só ter idéia. Criar a criança e fazer ela virar adulta.

Eu acho que o modelo inercial para ser entendido corretamente tem que ser um modelo de contratos escalonados no tempo. Você tem um mundo em que você tem

uma distribuição de datas e datas-básicas. Cada data-base tem um preço e um salário reajustando. Essa é a idéia principal da inércia. E como é que você sai desse modelo. Isso cria uma dinâmica de autopetpetuação da inflação. Eu diria que houve um avanço em relação ao Simonsen, que trabalhava com esse modelinho para ver o que acontece com o salário real quando você recompõe o pico de salário e a inflação aumenta.

Acho que o avanço foi gerar uma dinâmica num modelo onde isso acontece de forma intercalada em diferentes datas-base. Essa dinâmica de perpetuação da inflação. E, aí, a questão é como você desarma esse mecanismo de realimentação. Daí vem a idéia dos choques, de você desarmar, fazer um corte e tentar refazer o equilíbrio.

Mas, enfim, a nível de debate de política econômica, a idéia de inflação inercial também ficou muito poderosa, eu me lembro que havia uma época em que as pessoas diziam: mas a causa da inflação não é o deficit público? E eu dizia: “Não. O deficit público é consequência da inflação. A causa da inflação é a própria inflação.” Dava um nó nas cabeças das pessoas.

É claro, que, obviamente, no debate de política econômica as coisas ficam muito radicalizadas. O debate a nível de grande público, a imprensa não admite nuances, você tem que passar uma posição: no preto e no branco. Foi como a idéia de inércia e de choque.

Havia uma diferença ainda que sutil nos mecanismos desencadeadores da inércia entre a sua abordagem e a abordagem Larida por exemplo. Você pode explorar um pouco isso?

Eu acho que o diagnóstico da inflação inercial me parece que sempre foi igual. Então, a gente tem que se preocupar com a inércia. No nível de inflação que nós tínhamos dava para esquecer a parte da demanda. Isso é menos importante nessa

etapa. Depois que você passar para o mundo de inflação baixa aí você vai se preocupar com a demanda. Aí, eu lancei a idéia do choque.

Tinha uma idéia de uma situação dessas, no fundo, você tem que fazer - o Bresser achava uma situação heróica - um corte. O Bulhões falava do tratamento de choque, mas era uma coisa ortodoxa e nunca muito bem formulada. Acho que o Bulhões nunca conseguiu resolver a questão da correção monetária adequadamente. Então, ele falava em acabar com a correção de papéis públicos - ele só olhava o lado monetário. Mas podia-se imaginar uma idéia meio ortodoxa de um choque monetário: um brusco choque monetário. Então, eu lancei a idéia do choque heterodoxo. Pode-se ter o ortodoxo. Pode-se ter o heterodoxo, que você vai direito nos mecanismos de formação de preços.

Acho que o Larida tinha essa idéia de você tentar desmontar a inércia levando a indexação ao limite e transformar o indexador na moeda. E, na época achava essa idéia ainda impraticável. Eu acho que era mesmo impraticável no Brasil, no início da década de 80. A indexação ainda era muito longa. Os contratos salariais eram semanais. O aluguel anual. Quer dizer, o truque do Real só foi possível de ser feito - porque o Real sim foi uma aplicação do Larida, se você quiser - o truque do Real só pode ser feito porque o nível de indexação já tinha aumentado dramaticamente.

Nenhuma inflação é totalmente inercial. Quer dizer, o modelo da inércia como qualquer modelo é uma caricatura, que está enfatizando uma característica mais importante naquele momento. Acho que como modelo para guiar a política econômica, o modelo inercial era adequado. Agora, tem que controlar a demanda, é verdade. Mas, aí, é um problema keynesiano. Quer dizer, demanda agregada por bens de serviços tem a ver com consumo, investimento, enfim, coisas que dependem de juros. É claro, o corte de gastos do Governo poderia ajudar nesse sentido de reduzir a demanda.

Ninguém sabia exatamente como é que seria a fase da ORV, ela tinha riscos. Ninguém sabia como é que seria o comportamento da inflação pois ela poderia acelerar muito. O que acabou não ocorrendo, ao contrário. Os IPAs, por exemplo, desaceleraram naquela época, o que foi bastante surpreendente. Foi o efeito da desindexação. A ORV começou a gerar o efeito da desindexação na cadeia produtiva e os preços cedem. Acho que é essa a interpretação. Mas, foi surpreendente. Temia-se ao contrário, que a ORV pudesse ter o velho defeito que se encontrava na proposta não indexada, de gerar uma contaminação da inflação da moeda velha na moeda nova e explodir. Acho que não ocorreu. Foi uma surpresa. Ninguém podia saber que ia ser daquele jeito. Foi um risco. Acho que foi feita uma opção e deu certo, felizmente.”

Paulo Nogueira Batista Jr acha que a questão da inflação inercial “estava inserida numa discussão internacional, porque tem muito a ver com certas vertentes do *mainstream* americano, não é uma criação local... A idéia de inflação inercial foi a base intelectual de uma onda de reformas monetárias. Não é um fenômeno nacional, houve uma família de estabilizações: o Austral, depois o plano israelense, o peruano, o Cruzado e mais o mexicano de dezembro de 1987. Entre esses cinco programas, uns foram fracassos estrepitosos e outros foram bem sucedidos, tinham uma mesma matriz teórica, que tinha a ver com a corrente Harvard/MIT da Macroeconomia norte-americana. Mas houve até um certo desenvolvimento local do assunto, especialmente no Brasil. **Como os trabalhos de Pérsio Arida e André Lara Resende?** Sim, eles não são simples reprodução do que vinha sendo feito lá fora. Especialmente a URV é uma contribuição original. A URV não é bem uma moeda indexada, é melhor do que a moeda indexada, porque resolveu o grande problema da coexistência de duas moedas: a quase inevitável destruição da moeda antiga. Percebeu-se que não se precisava de uma nova moeda, que circulasse em paralelo à antiga, mas de um indexador. Na transição bastava um indexador oficial diário, não precisava criar a moeda fisicamente. Não tenho conhecimento de nada, fora da experiência brasileira, que se assemelhe a URV. Não é por acaso que o Brasil teve de inovar nesse terreno. O Brasil tinha inovado no grau de indexação da

economia, e não podia se socorrer de experiências ou teorias internacionais, porque o problema era muito brasileiro.”

Nogueira Batista Jr. formula uma avaliação intermediária entre aqueles que descartam qualquer contribuição teórica dos trabalhos sobre inflação inercial e os que vislumbram o surgimento de uma nova teoria. A discussão sobre a inflação inercial já vinha ocorrendo em certos círculos de economistas, e se intensificou com o própria recrudescimento da inflação em um grande número de países. Porém as peculiaridades da inflação brasileira levaram a uma contribuição original no âmbito da moeda indexada. Certamente o Brasil foi um caso único de um país que conviveu tantos anos com uma inflação elevada e conciliou esse fenômeno monetário com fases de crescimento, o que contrariava toda a teoria econômica existente até então. Esse quadro brasileiro conduziu ao desenvolvimento de mecanismos de indexação que criaram uma realimentação inflacionária *sui generis*, a ser combatida com antídoto diferente do argentino, mexicano ou israelense. Daí a necessidade de um diagnóstico diferenciado, que capta-se as peculiaridades inflacionárias brasileiras e uma estratégia adequada para erradicá-la. É nisso que residiu a criatividade dos economistas brasileiros.

Em trabalho recente Leda Paulani indaga em que medida o diagnóstico inercial pode ser considerado como uma criação genuinamente nacional²⁴. Em sua palavras “..que dizer a respeito do estatuto de teoria econômica genuinamente nacional algumas vezes conferido à teoria da inflação inercial? Com todas as ressalvas necessárias à possibilidade de se falar nesses termos, vale dizer, falar de uma teoria econômica ‘genuinamente nacional’, qualquer que seja a nação em questão, há que se considerar uma faceta nacional nessa teoria, visto que, se estivermos corretos em nossa hipótese, ela aqui se constitui precisamente porque a peculiaridade de nosso contexto formalmente indexado forneceu-lhe a realidade objetiva que foi seu ponto de partida. De outro lado, porém, como a heterodoxia está associada a nossas

²⁴ Leda Paulani, “Teoria da Inflação Inercial: um episódio singular na História da Ciência Econômica no Brasil?”, em Maria Rita Loureiro (org.), (1997), pag. 167.

peculiaridades e diferenças, enquanto a ortodoxia põe-se, quase por definição, como o paradigma que tenta pretensamente dar conta da universalidade dos princípios que regem a economia de mercado, não deixa de ser curioso que um expediente heterodoxo assentado, porém, numa base conceitual ortodoxa, tenha tido tamanha funcionalidade. Como já adiantamos, a despeito da recorrência em nossa história de discursos ortodoxos (em alguns momentos mais intensos do que em outros), as idéias estritamente aí enquadradas sempre giraram em falso por aqui, porque esbarravam numa realidade objetiva, ainda que igualmente capitalista, distinta de sua matriz de origem. A experiência brasileira recente com programas de estabilização advindos do diagnóstico inercial teria alterado, por vias inusitadas, essa situação. Assim considerada, a teoria da inflação inercial teria muito pouco de genuinamente nacional. Deriva dessa complexidade, portanto, a diversidade de opiniões a esse respeito que se registrou nas conversas com alguns dos mais importantes economistas brasileiros recentemente editadas (Biderman, Cozac e Rego, 1996)”.²⁵

Pela ambigüidade da resposta de Paulani, que ora reconhece uma faceta nacional dessa teoria, ora minimiza essa hipótese, e pela diversidade de opiniões dos maiores economistas brasileiros, devesse prudentemente concluir que estamos diante de um assunto espinhoso, cuja controvérsia fica difícil de encerrar com um par de argumentos bem concatenados. Talvez por um descuido terminológico, Paulani da de barato que se trata de uma teoria, se bem que não necessariamente nacional. Creio ser mais prudente ficar com a opinião da maioria dos economistas brasileiros, que colocaram as idéias sobre inflação inercial, numa posição bem mais modesta, porém admitem uma contribuição importante, se não para a teoria econômica universal, pelo menos para a teoria do capitalismo retardatário brasileiro. Para avançar nesse campo, seria preciso definir o alcance de uma teoria econômica e enveredar por uma discussão epistemológica, que ainda esta por ser feita pela inteligência brasileira.

²⁵ Leda Paulani, , “Teoria da Inflação Inercial: um episódio singular na História da Ciência Econômica no Brasil?”, em Maria Rita Loureiro (org.), (1997), pag. 178.

Certamente os trabalhos sobre inflação inercial não tiveram a magnitude e a repercussão da teoria da dependência. Esta representou um avanço teórico considerável, em relação ao pensamento pré existente, e abriu novas fronteiras para a interpretação do capitalismo retardatário brasileiro. Antes de mais nada a teoria da dependência possibilitou um diagnóstico mais preciso das transformações que estavam ocorrendo na América Latina e nas relações entre países avançados e atrasados. Como também superou o economicismo cepalino e introduziu na análise a dimensão social e política ou a estrutura de poder, que são deixadas de lado nas análises inercialistas, conforme muito bem ressaltou Singer. Já os trabalhos sobre inflação inercial não avançam uma nova análise da dinâmica sócio econômica brasileira mas circunscrevem-se ao fenômeno inflacionário e ao seu entorno. Daí o seu caráter muito mais restrito e centrado numa das manifestações dessa dinâmica. Tanto que superada a inflação e eliminada a inércia, é o caso de se perguntar o que resta dessa suposta teoria além da advertência de que a indexação pode conduzir a mecanismos de alimentação inflacionária?

O conceito de inflação inercial teve um impacto imediato muito importante na sociedade brasileira porque permitiu a supressão de um problema sem dúvida muito incômodo. Porém, uma vez superada a inflação, o que resta da “teoria” da inflação inercial? Enquanto a teoria da dependência continua presente nas análises que seguiram a trilha que ela abriu, a teoria inercial tende a se perder no longo trajeto do capitalismo brasileiro.

Talvez ainda seja cedo para medir a repercussão da teoria da inflação inercial, e a sua proximidade dificulte uma avaliação mais precisa de sua importância teórica, mas mesmo não tendo a mesma magnitude da teoria da dependência, certamente representou um capítulo importante do pensamento econômico brasileiro.

XI. BIBLIOGRAFIA

Agarwala, A.N. e Singh, S.P. (org)

1969 - *A Economia do Subdesenvolvimento*, SP, Forense.

Bacha, E.

1976 - *Os Mitos de Uma Década: Ensaio de Economia Brasileira*, RJ, Editora Paz e Terra.

Bacha, E., Klein, H.S. (org),

1986 - *A Transição Incompleta*, RJ, Paz e Terra.

Bead, M e Dostaler, G.,

1996 - *La Pensée Économique Depuis Keynes*, Éditions du Seuil, Paris.

Belluzzo, Luiz Gonzaga de Mello

1984 - *O Senhor e o Unicórnio - a economia dos anos 80*, SP, Brasiliense.

Biderman, C., Cozac, L.F., Rego, J.M,

1996, *Conversas com Economistas Brasileiros*, SP, Editora 34.

Bielschowsky, Ricardo

1986 - *Pensamento Econômico Brasileiro - o ciclo ideológico do desenvolvimento*, RJ, PNPE/IPEA.

Bier, Amauri G., Paulani, Leda, e Messeberg, Roberto

1987 - *O Heterodoxo e o Pós-Moderno*, SP, Paz e Terra.

Bresser Pereira, Luiz Carlos

1968 - *Desenvolvimento e Crise*, RJ, Zahar Editores.

1982 - "Seis Interpretações Sobre o Brasil", em **Dados**- Revista de Ciências Sociais, RJ, Vol. 25, n.3.

Campos, Roberto

1954 - *Planejamento do Desenvolvimento Econômico de Países Subdesenvolvidos*, FGV/EAESP.

1994 - *A Lanterna na Popa - Memórias*, RJ, Topbooks.

Campos, R e Simonsen, M.H.

1979 - *A Nova Economia Brasileira*, RJ, José Olympio.

Cardoso, Fernando Henrique

1964 - *O Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*, SP, Difel.

1971 - "Teoria da Dependência ou análises concretas de situações de dependência?", **Estudos CEBRAP 1**, SP.

1972 - *O Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaio*s, SP, Dif. Européia do Livro.

1975 - *Autoritarismo e Democratização*, RJ, Paz e Terra.

1980 (1993) - *As Idéias e seu Lugar*, RJ, Paz e Terra.

Cardoso, Fernando H. e Faletto, Enzo

1970 - *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, RJ, Zahar Editores.

Cardoso de Mello, João Manoel

1982 - *O Capitalismo Tardio*, SP, Brasiliense.

Castro, Antonio Barros de

1969 - *7 Ensaio*s sobre a *Economia Brasileira*, RJ, Forense.

Castro, Antonio Barros de, e Souza, Francisco Eduardo Pires de

1985 - *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*, RJ, Paz e Terra.

Chesnais, François

1997- *La Mondialisation du Capital*, Syros, Paris.

Cruz, Paulo Roberto Davidoff Chagas

1986 - *Dívida Externa e Política Econômica - A Experiência Brasileira dos Anos 70*, SP, Brasiliense.

1993 - "Dívida Externa e Financiamento de Longo Prazo na Economia Brasileira do Pós-Guerra", Campinas, Univ. de Campinas, mimeo.

Delfim Netto, A., Pastore, A.C., Cipollari, P. e Carvalho, E.P.

1965 - *Alguns Aspectos da Inflação Brasileira*, Estudos ANPES, SP.

1966 - *Planejamento para o Desenvolvimento Econômico*, SP, Pioneira/ED-USP.

Domar, E. D.,

1961- "The Capital-Output Ratio in the United States: its Variation and Stability", in *The Theory of Capital, Proceedings of the I.E.A.*, Macmilann & Co., London.

Fiori, José Luis

1995 - *Em Busca do Dissenso Perdido - Ensaio Crítico sobre a Festejada Crise do Estado*, RJ, Insight Editorial e Consult.

1997- *Os Moedeiros Falsos*, Vozes, Patrópolis.

Fishlow, A.

1974 - "Algumas Reflexões sobre a Política Econômica Brasileira Após 1964", **Estudos CEBRAP 7**, jan-mar.

Frankel, M.,

1961- "Producer Goods, Consumer Goods and Acceleration of Growth", **Economic Journal**, March.

Furtado, Celso

1964 - *Dialética do Desenvolvimento*, RJ, Fundo de Cultura.

1966 - *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, RJ, Civilização Brasileira.

1972 - *Análise do "Modelo" Brasileiro*, RJ, Editora Civilização Brasileira.

1974 - *O Mito do Desenvolvimento*, RJ, Editora Paz e Terra.

1981 - *O Brasil "Pós Milagre"*, RJ, Paz e Terra.

1985 - *A Fantasia Organizada*, RJ, Paz e Terra.

Généreux, Jacques

1997 - *Introduction à la Politique Economique*, Éditions du Seuil, Paris.

Goldenstein, Lídia

1994 - *Repensando a Dependência*, RJ, Paz e Terra.

Gudin, Eugênio

1943 - **Princípios de Economia Monetária**, RJ, Agir.

1967 - "A Institucionalização da Inflação", *Digesto Econômico*, 163, jan-fev.

Hirschman, Albert

1971 - *A Bias for Hope - Essays on Development and Latin America*, Yale University Press.

1986 - *A Economia como Ciência Moral e Política*, SP, Brasiliense.

Krugman, Paul,

1995 - **Peddling Prosperity – Economic Sense and Nonsense in the Age of Diminished Expectations**, N.Y. W.W.Norton & Company.

Langoni, C.G., e Delfim Netto, A.,

1973 - **Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil**, RJ, Editora Expressão e Cultura.

Lara Resende, André

1984- “A Moeda Indexada: uma Proposta para Eliminar a Inflação Inercial”, *Gazeta Mercantil*, 26/27/28 de setembro.

Lessa, Carlos

1975 - *15 Anos de Política Econômica*, SP, Brasiliense.

1978 - "A Estratégia do Desenvolvimento 1974/76: sonho ou fracasso", Tese de Professor Titular, RJ, UFRJ, mimeo.

Lopes, F. L.

1984 - “Inflação Inercial, Hiperinflação e Desinflação: Notas e Conjecturas”, *Revista da ANPEC*, dezembro.

1986 - **O Choque Heterodoxo**, RJ, Campus.

Loureiro, Maria R.,

1997 - *Os Economistas no Governo*, RJ, Fundação Getúlio Vargas Editora. 1

Loureiro, Maria R., (org)

1997 - *50 Anos de Ciência Econômica no Brasil*, Vozes, FINE, Petrópolis.

Mahalanobis, P.C.,

1952 - *Some Observations on the Process of Growth of National Income*, Sankhya.

Malan, P. e Pereira, J.E.de C.

1973 - "A Propósito de uma Reinterpretação do Desenvolvimento Brasileiro desde os Anos 30", *Revista DADOS* n. 10.

Mantega, Guido

1984 - *A Economia Política Brasileira*, SP, Polis/Vozes.

1995 - "Delfim Netto e a Consolidação do Modelo Brasileiro de Desenvolvimento", FGV, NPP, mimeo.

1997 - "O Governo Geisel, o II PND e os Economistas", FGV/NPP, Relatório n. 3/1997.

1997 - "Teoria da Dependência Revisitada: Um Balanço Crítico", FGV/NPP, Relatório n. 27/1997.

1997 - Modelos de Crescimento e a Teoria do Desenvolvimento Econômico, FGV/NPP, mimeo.

Mantega, Guido e Moraes, Maria

1980 - *Acumulação Monopolista e Crises no Brasil*, RJ, Paz e Terra.

Oliveira, Francisco

1972 - "A Economia Brasileira: Crítica a Razão Dualista", em Estudos Cebrap n. 2, out. de 1972.

1977 - *A Economia da Dependência Imperfeita*, RJ, Graal.

Palma, Gabriel

1978 - "Dependency: a formal theory of underdevelopment or a methodology for the analysis of concrete situations of underdevelopment?", *World Development*, vol.6, Pergamon Press.

Pazos, F

1972 - *Chronic Inflation in Latin America*, NY, Praeger Publishers.

Santos, Theotônio dos

1967 - *El Nuevo Caracter de la Dependencia*, Santiago, Centro de Estudios Sócio-Económicos da Universidade do Chile, CESO.

1972 - *Socialismo o Facismo*, Buenos Aires, Editora Periferia.

Santos, Wanderley Guilherme

1978 - *Poder e Política: Crônica do Autoritarismo Brasileiro*, RJ, Forense Universitária.

Schumpeter, Joseph A.,

1997 - *Ten Great Economists – From Marx to Keynes*, Routledge, London.

Serra, José

1979 - "As Desventuras do Economicismo: Três Teses Equivocadas sobre Autoritarismo e Desenvolvimento", em *Dados*, n.20, RJ.

Serra, José e Cardoso, Fernando Henrique

1979 - "As Desventuras da Dialética da Dependência", em *Estudos Cebrap* n.23.

Singer, Hans

1953 - "O Mecanismo do Desenvolvimento Econômico", *Revista Brasileira de Economia*, março.

Singer, Paul

1973 - "As Contradições do Milagre", em *Estudos Cebrap* n.6, out-dez 1973.

1976 - *A Crise do Milagre*, RJ, Paz e Terra.

Solow, R.,

1956 - "A Contribution to the Theory of Economic Growth", *Quarterly Journal of Economics*, February.

1957 - "Technical Changes and Aggregate Production Function", *Review of Economics and Statistics*, August.

Suzigan, W.,

1995 - *Indústria Brasileira - Origem e Desenvolvimento*, SP, Brasiliense.

Tavares, Maria da Conceição

1972 - *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*, Rj, Zahar Editores.

1975 - *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*, Tese de Doutorado, UFRJ.

1978 - *Ciclo e Crise, o Movimento Recente da Industrialização Brasileira*, Tese de Professora Titular, UFRJ.

1993 - *Desajuste Global e Modernização Conservadora*, RJ, Paz e Terra.

Tolipan, Ricardo e Tinelli, Arthur Carlos(org.)

1975 - *A Controvérsia sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento*, RJ, Zahar Editores.

Weffort, F.

1971- "Nota sobre a 'Teoria da dependência': teoria de classe ou ideologia nacional", *Estudos CEBRAP 1*.